

KATIUSKA BERENGUER REGIS HOFFMANN

**UM RESGATE CONTEMPORÂNEO DA MEMÓRIA
DE SALVADOR**

A Praça Thomé de Sousa

Orientador: Prof. Doutor António José Marques Vieira de Santa-Rita

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura e Tecnologias da Educação
Departamento de Arquitetura e Urbanismo**

Lisboa

2018

KATIUSKA BERENGUER REGIS HOFFMANN

**UM RESGATE CONTEMPORÂNEO DA MEMÓRIA
DE SALVADOR**

A Praça Thomé de Sousa

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 28/09/2018, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º: 263/2018, de 17 de julho de 2018, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Carlos Bobone Ressano Garcia

Arguente: Prof. Doutor Alberto Flavio Monteiro Lopes

Vogal: Prof. Doutor Fernando da Fonseca Cruz

Orientador: Prof. Doutor António José Marques Vieira de Santa-Rita

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura e Tecnologias da Educação

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Lisboa

2018

Agradecimentos

À minha mãe Lucy, por ter me ensinado tudo, mas principalmente, por ter me ensinado a nunca desistir... ela nunca desistiu de mim.

Ao meu pai Orlando, por me ter presenteado com o talento e a vocação da arquitetura, e pela parceria nas pesquisas que embasam esta dissertação.

Aos meus irmãos, Adrian e Lucas, “galhos da mesma árvore”, por crescermos juntos e unidos numa mesma raiz construindo assim a árvore de nossas vidas.

Ao meu companheiro Tiago, por enfrentar comigo as dificuldades dos últimos anos e, principalmente, por ser coautor da minha mais perfeita obra.

À minha filha Filipa, por ser a grande razão pela qual me ergo todas as manhãs e trabalho para construir um mundo melhor.

À professora doutora Margarida Valla, por me ter apresentado tantos conteúdos sobre Salvador, bases fundamentais no desenvolvimento desta dissertação.

Ao meu orientador, Professor Doutor António Santa Rita, pelo seu apoio e disponibilidade e por me conduzir com liberdade ao resultado que almejava.

A Floro Freire por me ter disponibilizado o seu tempo, informações e material de pesquisa valioso para a produção deste estudo

À arquiteta Patrícia Lourenço pela revisão do texto e partilha de conhecimentos.

A todos que se inserem na minha constelação familiar, brilhando em meu universo, e iluminando os caminhos da minha história.

À bela Cidade do Salvador, por ser o “meu lugar”, minha origem, meu porto, minha história, passada e futura. Meu eu, soteropolitano, onde quer que eu esteja.

Resumo

Diante da lógica de preservação e revitalização dos centros históricos das cidades, estudos têm sido realizados no sentido de reverter os processos de degradação e esvaziamento destes conjuntos arquitetônicos.

Os núcleos das cidades, carregados de memórias e simbolismos, são pontos de referência capazes de imputar na sociedade o sentido de pertencimento ao lugar e à história que ele nos conta.

É objetivo deste trabalho, realizar um estudo sobre a gênese da Cidade de Salvador e seu marco inicial, a Praça Thomé de Souza, para conhecer as histórias escondidas por trás dos múltiplos cenários que a configuram, e propor uma intervenção urbana capaz de lhe conferir o protagonismo que lhe cabe, enquanto Praça Primacial do Brasil.

Através de pesquisas bibliográficas e consultas a bases de dados iconográficos, buscou-se conhecer sua evolução urbana, bem como os fatores políticos, econômicos e sociais que formataram o cenário atual da Praça e a paisagem humana que a caracteriza.

O avanço de uma proposta para a Praça Thomé de Souza, surge da busca por um polo aglutinador onde, a população que hoje a atravessa possa construir uma relação de apropriação com aquele lugar, transformando em ambiente de encontros, trocas culturais, convívio e contemplação.

Palavras-chave: Requalificação, Memória, Arquitetura, Praça

Abstract

Concerning the need of preservation and revitalization of cities' historical centres, studies have been carried out in order to reverse the processes of degradation and gentrification of these architectural places.

The central part of cities, full of memories and symbolism, are reference points capables of imprinting in society a sense of belonging to the place and to the history they tell us.

The goal of this work is to carry out a study about the genesis of the City of Salvador and its initial milestone, Tomé de Souza Square, to explore the hidden histories behind the multiple scenarios that shape it, and to propose an urban intervention capable of restoring the protagonism it deserves, as the Prime Square of Brazil.

Through bibliographical research and queries to iconographic databases, it was sought to comprehend its urban evolution, as well as the political, economic and social factors that shaped the current scenario of the Square and the human landscape that characterizes it.

The advance of a proposal for the Thomé de Souza Square results from the demand o an attraction pole, with which the population can build an affective use and relationship, transforming it into a significant meeting point for cultural exchange, socialization or simply contemplating the city.

Keywords: Requalification, Memory, Architecture, Square

Lista de Abreviaturas

CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAS	Centro Antigo de Salvador
EPUCS	Escritório de Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador
ERCAS	Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador
IAU	Instituto de Arquitetura e Urbanismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PLANDURB	Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract	III
Lista de Abreviaturas	IV
Introdução	1
1. Fundamentação Teórica	6
1.1. O espaço urbano	7
1.2. Morfologia urbana e elementos morfológicos	9
1.3. A praça como elemento estruturante do espaço	13
1.4. Património	15
1.5. Urbanismo português	17
2. A Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos	21
3. A Praça Thomé de Souza	34
3.1. Contexto atual e seus desafios	43
3.2. Casos de Estudo	46
4. Proposta	53
Conclusões	57
Bibliografia	59
Apêndices	60

Índice de mapas

Mapa 1 - Localização Bahia/Salvador	2
Mapa 2 - Principais fluxos pedonais na praça hoje	54
Mapa 3 - Fluxos pedonais atuais e propostos	55

Índice de figuras

Figura 1 - Regimento 1548	22
Figura 2 – Mapa extraído do livro que dá Razão ao Estado do Brasil.	24
Figura 3 - Mapa de Salvador Publicado em 1952	26
Figura 4 - Projeto da Ladeira da Misericórdia	29
Figura 5 - Ladeira da Misericórdia, foto de Nelson Kon in	29
Figura 6 - Mapa referente à proposição III do Plano de Reabilitação Participativa do Centro Antigo de Salvador	32
Figura 7 - Trecho do Panorama de Mulock, cerca de 1860	33
Figura 8 - Trecho central do Panorama de Gaensly, cerca de 1875	33
Figura 9 - Trecho da planta de Frezier publicada em 1758	36
Figura 10 - Casa do Governador, final do século XIX	36
Figura 11 - Casa de Câmara e Cadeia (1860)	37
Figura 12 - Elevador Hidráulico da Conceição, posterior Elevador Lacerda	37
Figura 13 - Casa do Governador, Postal J. Mello, circulado em 1911	38
Figura 14 - Casa de Câmara e Cadeia, 1887-1968	39
Figura 15 - Elevador Lacerda entre 1906 e 1912	39
Figura 16 - Vistas dos prédios da Biblioteca pública e Telegrafo Nacional,	40
Figura 17 - Imprensa Oficial e Biblioteca, 1930	40
Figura 18 - fotografia de 1934, tirada por turistas europeus	41
Figura 19 - Elevador Lacerda (2017)	44
Figura 20 - Casa de Câmara e Cadeia, atual Paço Municipal	44
Figura 21 - Palácio Rio Branco (2017)	45
Figura 22 - Prefeitura Municipal de Salvador (2017)	45
Figura 23 - Mercado da Praça da Figueira, Eduardo Portugal (anterior a 1949)	47

Figura 24 - Vista aérea do Rio de Janeiro, da Praça Mauá para a zona sul, tendo ao fundo o Pão de Açúcar	50
Figura 25 - Praça Mauá atual	51
Figura 26 - Miradouro Ladeira da Misericórdia	56
Figura 27 - Foto da maquete de Salvador	56
Figura 28 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	61
Figura 29 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	62
Figura 30 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	63
Figura 31 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	64
Figura 32 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	65
Figura 33 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	66
Figura 34 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	67
Figura 35 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	68
Figura 36 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	69
Figura 37 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	70
Figura 38 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	71
Figura 39 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	72
Figura 40 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	73
Figura 41 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	74
Figura 42 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	75
Figura 43 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa	76

Introdução

“A PRAÇA, A PRAÇA É DO POVO COMO O CÉU É DO CONDOR”

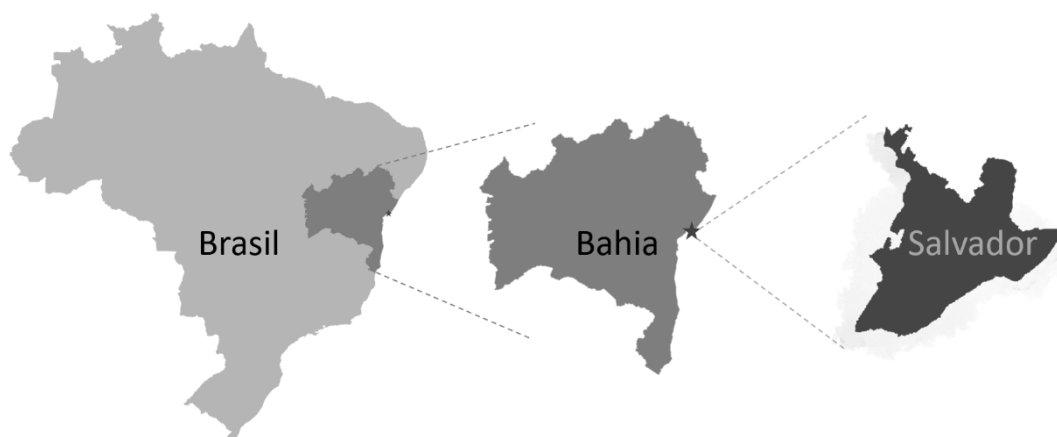
CASTRO ALVES

O tema escolhido para elaboração desta dissertação de mestrado é o resgate da memória da cidade e a busca por um modelo de requalificação de um espaço urbano de valor histórico e simbólico, de modo a construir uma relação de pertencimento da população com o lugar e o reconhecimento de sua importância na gênese da sua identidade. Nasce de um compromisso com a preservação da memória da cidade e seu patrimônio, neste caso da Praça Municipal, marco zero da fundação da Cidade do Salvador da Bahia, no Brasil. A razão que leva a esta escolha passa pela observação da perda de conexão da população com sua história e consequente desprezo pela conservação do patrimônio onde habita. Uma sociedade que não se reconhece como parte do lugar onde vive, que não cria vínculos com os espaços e paisagens da sua cidade, que não é capaz de reconhecer seu valor e de se apropriar do seu patrimônio, não será capaz de tomar atitudes que favoreçam sua preservação.

A frase em epígrafe, resulta do processo de estudo e investigação sobre o tema, aliado, a este novo olhar sobre a cidade, que a formação em arquitetura me revelou, a partir da qual, passei a perceber o espaço público como um espelho da população que o habita ou atravessa. O que define o lugar, muito mais do que o objeto arquitetônico, é a forma como o homem se apropria dele.

A título de aproximação do estudo a uma realidade, foi escolhida a cidade de Salvador e mais especificamente a Praça Thomé de Souza para a realização de uma análise aprofundada e posterior proposta de requalificação.

A cidade de Salvador, como “cidade real”, apresenta uma expressão muito clara da síntese das características fundamentais das cidades de origem portuguesa. Situada em ponto estratégico, sua localização favorecia a ligação entre Portugal, África e Ásia, bem como, sua posição geográfica em ponto central da costa brasileira, atendia às necessidades de controlo da corte portuguesa sobre toda a extensão do litoral (Mapa 1). Figura como capital da colônia, desde sua fundação até o ano 1763, quando esta função passa a ser exercida pela cidade do Rio de Janeiro. Deixa de ser capital do Brasil, mas se mantém como capital da importante província da Bahia.



Mapa 1 - Localização Bahia/Salvador

Até 1888, tinha a mão de obra escrava como base da sua sociedade e economia, o que influencia diretamente em sua forma urbana. A partir do século XIX, inicia o processo de industrialização, que, entretanto, não desenvolve. Por sua vocação de porto abrigado e de águas profundas, a base fundamental de sua economia passa pelo comércio de importação e exportação. Até o século XX a cidade mantém as suas funções principais no centro que cresce e se desenvolve, incorporando novos espaços, a partir de aterros, ou mesmo por crescimento vertical de suas edificações.

Na década de 1970, o poder político opta pela descentralização e criação de novas centralidades, que separam o centro empresarial do centro administrativo e do centro histórico. Estas novas centralidades direcionam os investimentos para estes novos espaços urbanos o que contribui decisivamente para a decadência do centro antigo.

Hoje é uma cidade com forte apelo turístico, que ainda mantém como base de sua economia a atividade portuária.

A despeito dos diversos investimentos realizados, no intuito de revitalizar o Centro Histórico, ainda são necessárias ações e estudos aprofundados até alcançar o resultado desejado. Incentivar a ocupação habitacional é hoje a principal demanda segundo os estudos realizados pelos organismos da administração pública, tanto na esfera municipal como na estadual.

Criar uma relação emocional e de significado histórico dos habitantes com estes espaços, pode trazer um sentido de valorização para o Centro Histórico de Salvador, “berço da nação”.

O debruçar sobre a questão e estudar os processos evolutivos para conhecer a cultura e a história das cidades, propicia o aprofundamento e novas reflexões sobre aspectos não apercebidos.

As cidades estão sempre em permanente e contínua transformação. Consoante o momento histórico ou das prioridades da sociedade, as mudanças acontecem de acordo com as questões políticas, sociais e econômicas. Em termos espaciais, as mudanças interferem no aspeto físico e alteram a aparência e as formas de utilização.

É o caso da Praça Thomé de Souza ou Praça Municipal, que traz consigo uma forte carga histórica e simbólica, onde o objeto arquitetónico constitui presença marcante na sua identidade visual.

No decorrer do tempo esta praça apresentou diferentes conceitos estéticos, mediante sucessivas transformações dos edifícios que a configuraram ou a configuram, pelas alterações em seu formato e dimensões, pelas paisagens humanas que apresentou, pelo modo como se inseriu nos infinitos territórios sociais que se constituíram e se dissolveram na área central à qual se integra, sem, entretanto, aniquilar a sua imagem básica de centro fundador da cidade.

Segundo Kevin Lynch (LINCH, pág.9) “Todo cidadão possui muitas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações.” A praça Thomé de Sousa é assim. Surgiu como praça cívica, como centralidade da administração pública e como espaço de reunião da população. Este significado perdura até os dias de hoje, tanto que é neste espaço que o Poder Municipal faz questão de manter sua sede.

Diante dos diversos cenários e histórias que se agarram àquele espaço urbano cabe-nos hoje buscar formas de responder a determinadas questões. Identificar os fatores pelos quais a administração pública, no âmbito dos governos Municipal, Estadual e Federal, apesar dos esforços na realização de estudos e planos de revitalização, não conseguem reverter o processo de degradação que afeta a grande maioria dos centros históricos. Encontrar meios para restabelecer a singularidade do lugar, harmonizando o diálogo arquitetónico entre o antigo e o contemporâneo, sem, entretanto, relegar o passado, tendo em vista que os monumentos são resultado de uma acumulação de tempos.

São objetivos deste projeto de investigação, apresentar uma proposta de requalificação para a praça e sua interação com a envolvente do centro histórico de Salvador, referenciando as suas pré-existências e buscando influenciar positivamente o modo como a população se apropria destes espaços. Observar a dinâmica da cidade para identificar, nesse processo, as intervenções que foram geradoras de novas relações e ainda a melhoria da qualidade urbana. Para este fim, pretende-se realizar uma análise do plano estratégico de revitalização e reconfiguração proposto pela administração pública para o Centro Antigo de Salvador.

Visando fundamentar a proposta de intervenção, será necessário ainda conhecer outros projetos realizados em espaços urbanos e perceber as mudanças que estes impuseram à urbis e à população que deles se apropriou. Para tanto, foram selecionados três casos de estudo. O primeiro é a Praça da Figueira, em Lisboa, por sua condição de espaço de atravessamento, desde a demolição da estrutura que a configurava. A segunda é a Praça Mauá no Rio de Janeiro, cujo partido foi definido por extrair ao invés de construir, priorizar o peão em detrimento do automóvel e resgatar o protagonismo de outrora. Por último, o elevador de Santa Justa, que figura como elemento de grande importância na paisagem urbana lisboeta, seja como uma grande fonte de história, seja como responsável pela ligação pedonal entre a baixa e o largo do Carmo.

A realização desta dissertação implicou no desenvolvimento de uma investigação em diferentes níveis e etapas. No que refere ao Estado da Arte, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica, iconográfica e cartográfica, bem como alguma pesquisa de campo. Procedeu-se à leitura de algumas obras consideradas como estruturantes para delinear o texto que agora se apresenta. O livro de José Manuel Ressano Garcia Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, constituiu uma base para o entendimento do espaço e forma urbana. A obra de Kevin Lynch, *A Imagem da Cidade*, que mostra a relação do homem com a imagem da cidade e a capacidade de o ambiente influenciar no bem-estar do utilizador do espaço urbano. Autores como Aldo Rossi, Françoise Choay e Nuno portas que se debruçam sobre os fenómenos urbanos e identificam alguns dos problemas das cidades. Jaime Lerner em *Acupuntura Urbana* que nos traz uma visão contemporânea da forma como intervir nas cidades e do efeito que as boas intervenções desencadeiam na sua envolvente. Nestor Goulart, Margarida Valla e Manuel Teixeira, dentre outros, que ao construírem suas investigações sobre a arquitetura de Portugal e do Brasil partilham uma fonte inestimável de conhecimento. Luiz Walter Coelho Filho que na sua obra, *A Fortaleza da Cidade do Salvador da Bahia*, descortina um vasto acervo de conhecimento sobre a formação da cidade, não se limitando a contar a história, mas esclarecendo com base em documentos, mapas e imagens que foram sendo descobertas durante os anos de pesquisa e investigação.

No que se refere à metodologia adotada para a realização deste trabalho, a sustentação teórica passa principalmente pela adequada investigação bibliográfica (livros, artigos, teses e dissertações) bem como um levantamento de mapas e imagens que permitam entender a evolução do traçado da área e o desenvolvimento do espaço que hoje se apresenta ali configurado. Foram consultados os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano de Salvador e analisados alguns projetos idealizados ao longo do tempo, para recuperação do Centro Histórico de Salvador. Em pesquisa de campo, realizada em agosto

de 2017, foi realizado um levantamento fotográfico do contexto arquitetónico atual e visitas aos edifícios e memoriais instalados nos mesmos. A Fundação Mário Leal Ferreira disponibilizou a consulta ao projeto de reforma do edifício da prefeitura que permitiu conhecer a estrutura ali existente, bem como, acesso aos arquivos cartográficos e orthofotográficos da área de estudo.

No capítulo 1, evidenciam-se os fundamentos teóricos do espaço urbano, que servem de base para a construção do discurso desta dissertação. A abordagem se inicia através do estudo do espaço urbano e os elementos morfológicos que o constituem; em seguimento aprofundamo-nos no tema da praça como elemento estruturante do espaço, onde discorreremos sobre a importância da praça na estruturação do desenho da cidade, bem como, na forma de estar da população urbana; passamos a apresentar a evolução do conceito de património e centro histórico, para então estudar a história do urbanismo português e sua aplicação na génese das cidades brasileiras.

No segundo capítulo aprofundamos o assunto através da análise da formação e desenvolvimento da cidade de Salvador, a partir da história e da caracterização evolutiva do seu desenho urbano, bem como, uma pesquisa sobre o Plano de reabilitação que vem sendo desenvolvido no Centro Antigo de Salvador pela atual administração.

O capítulo 3 da dissertação, trata da análise histórica, conceitual e morfológica da praça Thomé de Souza, o seu contexto atual e desafios e apresenta casos de estudo, fazendo uma análise comparativa com intervenções realizadas em outras cidades de origem portuguesa, Lisboa e Rio de Janeiro. Tal análise possibilita a formulação das questões afetas ao objeto de estudo, bem como, a verificação das estratégias utilizadas nos diferentes cenários, os partidos arquitetónicos e intenções projetuais, e conseqüentemente, os efeitos produzidos sobre a dinâmica do lugar através da implantação de uma nova realidade.

Como resultado do processo investigativo, é apresentada uma proposta de intervenção, a qual tem como pressuposto o usufruto do espaço público. Devido ao constrangimento causado pelo limite temporal do calendário académico, o projeto apresentado se limitará a um estudo preliminar, deixando para o terceiro ciclo um aprofundamento projetual.

Por fim, a conclusão reúne as questões abordadas durante o percurso e levanta hipóteses que possam ser alvo de novos caminhos a seguir.

1. Fundamentação Teórica

1.1. O espaço urbano

O espaço urbano é a representação física da organização do homem em sociedade. É o produto da ação política, social e econômica ao longo da história.

Segundo Serra (SERRA, 1987), este espaço é compreendido enquanto produto social e histórico, como resultado de ações acumuladas ao longo do tempo e concebidas por agentes que produzem e consomem espaços agindo sobre ele, modificando, transformando, humanizando e tornando este produto cada vez mais distanciado do meio natural.

Para Lamas (LAMAS, p.22), o desenho urbano exige o domínio de duas áreas de conhecimento específicas, o processo de formação da cidade, que é histórico e cultural, e a reflexão sobre a forma urbana enquanto corpo físico ou materialização da cidade capaz de conduzir a vida humana em comunidade.

A arquitetura à escala urbana precisa dar resposta às diversas inquietações da sociedade, sendo assim, a concepção da cidade não pode ser uma simples distribuição de edifícios ou solução de problemas funcionais. As formas urbanas são mais do que um princípio estético, ideológico, cultural ou arquitetónico, elas coexistem e não podem ser dissociadas dos comportamentos, da apropriação e utilização do espaço, bem como, da vida comunitária dos cidadãos.

“Desenhar a cidade e nela intervir é também compreender e conhecer a cidade antiga e a moderna, as suas morfologias e processos de formação.” (LAMAS, p.28)

Portanto, é preciso compreender a cidade antiga e moderna, e considera-las como base para a formação do conceito de cidade contemporânea. “A cidade do passado enriquece a memória e a cultura, aferindo e testando o pensamento urbanístico atual” (LAMAS, p.133).

As formas urbanas resultam da sociedade que as constroem e das condicionantes históricas, sociais, económicas e políticas onde seu espaço é gerado e habitado. Porém, vale destacar ainda que o resultado determinista destes contextos não são a única influência sobre o território, a cidade é também fruto das crenças, teorias, práticas e formação dos arquitetos que as desenham.

A primeira leitura da cidade faz-se no campo físico-espacial e morfológico, onde pode-se diferenciar os espaços entre si, bem como as formas para assim encontrar as especificidades de cada parte.

No livro, *A Imagem da Cidade*, Kevin Lynch escreve sobre a percepção da cidade pelas pessoas e sobre como analisar e melhorar a qualidade visual da paisagem urbana. Vale lembrar que esta percepção é uma construção temporal, onde cada espaço é experienciado não de forma individual, mas sim em relação com sua envolvente. Cada elemento possui uma

leitura e significado diferentes quando inseridos em contextos distintos. A cidade não pode ser percebida de uma só vez, é vivenciando as partes que se cria a imagem do todo.

“Contemplar cidades pode ser especialmente agradável, por mais vulgar que o panorama possa ser. Tal como uma obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo.” (LYNCH, p. 9)

Lynch destaca que as pessoas costumam criar uma biblioteca de estruturas que auxiliam na criação pessoal da imagem da cidade, e classifica estas estruturas dentro de cinco grupos tipológicos: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Apesar desta classificação genérica, cada indivíduo cria suas próprias associações com as partes e constrói um panorama visual impregnado de memórias e significado.

Os caminhos são tomados como principal elemento estruturante do espaço urbano. São os condutores da experiência de conhecer uma cidade e são também organizadores dos outros elementos da imagem urbana.

“São os canais ao longo dos quais o observador se move, habitual, ocasional ou potencialmente.” (LYNCH, p. 52).

Para a análise da relevância dos caminhos podemos destacar algumas características: apresentar uma tendência a um determinado uso (restauração, comércio específico), destacar uma qualidade espacial diferenciada (muito larga ou estreita), apresentar um tratamento intenso de vegetação, revelar continuidade, ter visibilidade ou possibilitar amplos visuais para outras partes da cidade,

Os limites são elementos lineares que não configuram como percurso pelo utilizador. São cortes que fragmentam a continuidade dos espaços. São fronteiras, linhas d'água, caminhos de ferro ou apenas barreiras que podem ou não ser atravessadas, mas que funcionam como uma referência secundária à organização do ambiente.

Os bairros são regiões com alguma dimensão onde é possível identificar uma característica comum que as tornam uma unidade, e onde o indivíduo é capaz de perceber como um ambiente único.

Pontos nodais são pequenas zonas estratégicas de convergência dos percursos. Muitos caminhos levam para um ponto da cidade de onde é possível ligar-se a outro. É final, mas também é começo de um caminho.

Um marco é um objeto ou lugar que se apresenta como referência da imagem sem que o observador esteja nele. Ele se destaca do meio urbano e torna-se evidente entre muitos outros objetos da sua envolvente.

A praça Thomé de Souza hoje, se apresenta como um espaço de forte carga histórica e simbólica e dessa maneira é um espaço de grande interesse para quem habita, trabalha, visita ou frequenta o Centro Antigo de Salvador. Esta inserida no caminho que liga a Praça Castro Alves ao Terreiro de Jesus e Pelourinho (percurso turístico obrigatório para quem visita a cidade), figura no conjunto dos principais mirantes da Baía de Todos os Santos, contém um dos marcos principais da imagem da cidade de Salvador (o Elevador Lacerda), porém sua característica mais marcante, por assim dizer, seria a de constituir um ponto nodal que liga a cidade alta à cidade baixa. É referenciada por ser um local de onde se pode deslocar para diversos outros focos importantes do ambiente urbano.

1.2. Morfologia urbana e elementos morfológicos

A morfologia é o estudo da forma e da estrutura da matéria, mais especificamente da aparência externa de um objeto. É uma ferramenta que nos permite identificar e classificar elementos ou partes deles.

Em arquitetura, o estudo morfológico busca analisar os aspetos exteriores do meio urbano em toda sua multiplicidade, interligando-os com os fenómenos que lhes deram origem.

Para compreender o estudo da morfologia urbana, como disciplina específica, foi realizada a leitura atenta do livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, de onde destaco os conceitos apresentados abaixo.

O ambiente urbano pode ser lido de formas distintas consoante os instrumentos de análise utilizados. A estrutura hierárquica e classificação dos elementos apreendidos, bem como a relação objeto-observador, serão determinantes para a construção das múltiplas leituras de um mesmo espaço. De um modo geral, o conceito de forma traduz-se numa análise da aparência de um objeto, entretanto este conhecimento está limitado a um único instrumento de leitura (visual), o que não é suficiente para o conhecimento de todos os conteúdos desta forma.

Para o entendimento correto do espaço urbano é preciso, portanto, realizar uma composição de estudos e dados recolhidos por várias disciplinas, de modo a conseguir explicar a cidade como fato construído e compreender seu processo de formação.

O estudo da morfologia prevê a classificação da leitura em função da dimensão espacial a qual se pretende analisar. A Dimensão Setorial (escala da rua: fachadas, pavimentos, mobiliários...), a Dimensão Urbana (escala do bairro: ruas, praças, quarteirões) e a Dimensão Territorial (escala da cidade: bairros)

Para identificar as unidades bases que compõem uma forma urbana, Lamas considera como elementos mínimos, o solo/pavimento, os edifícios, o lote/parcela fundiária, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado/a rua, a praça, o monumento, a vegetação e o mobiliário urbano.

Através de uma pequena síntese, buscaremos clarificar ao leitor os conceitos destes elementos:

O solo – é o território existente bem como a sua topografia que configuram o meio onde é implantada a cidade. O pavimento é a base do espaço urbano e, por isso, é um elemento de grande importância, mas também é o mais inconstante. Sempre em adaptação ao momento vivido, é palco de conflitos de interesse entre o público e o privado, peões e veículos, vazio e construído... todas as intervenções da forma urbana começam a nível do solo-pavimento.

O edifício – elemento mínimo: O conceito de elemento mínimo da morfologia do espaço urbano, passa por selecionar dentre os elementos que caracterizam o ambiente da cidade, aqueles que definem os espaços e constituem a sua forma.

Diante disso, pode se dizer que é através dos edifícios, da sua volumetria e da sua implantação que estruturamos os diferentes espaços identificáveis como a rua, o largo, a praça, o beco, a avenida, os percursos e suas perspectivas.

É notável a influência de muitos outros elementos na imagem da cidade como o mobiliário urbano (bancos, postes, quiosques, árvores e canteiros são exemplos), entretanto, apesar de caracterizarem o aspeto visual, estes são “elementos móveis”.

Ainda em relação ao edifício, é importante ressaltar que as suas tipologias construtivas e características físicas são fundamentais para a correta percepção do espaço que ele configura.

O lote – o fundamento do edificado da cidade implica em que o edifício não pode existir separado da superfície que este ocupa no território, sendo assim, o lote é o princípio essencial da relação dos edifícios com o terreno.

A forma do lote condiciona a forma do edifício e conseqüentemente, a forma da cidade, assim como, os limites do lote determinam a separação entre o que é de domínio público e privado.

Uma das características da cidade moderna passa pela ruptura com os limites do lote, na medida em que os edifícios são suspensos por pilares, criando uma relação de fluidez e permeabilidade entre os espaços públicos e privados, e alterando o vínculo entre os elementos morfológicos deste ambiente.

O quarteirão – a definição de quarteirão tanto pode ser entendida por sua forma construída (agrupamento contínuo e fechado de edifícios) como no processo do traçado que o configura (espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias, e subdivisível em lotes para construção de edifícios). O quarteirão é resultado de regras geométricas de divisão fundiárias do solo e de ordenamento do espaço urbano.

Sendo também agregador de outros elementos da estrutura urbana (lote e edifício, traçado e rua, espaço público e privado), o quarteirão figurou como instrumento de trabalho urbanístico na produção da cidade tradicional. O movimento moderno, no período do pós-guerra, imprimiu uma série de transformações, o que levou ao abandono deste conceito de unidade morfológica elementar do desenho urbano, sendo retomada esta prática de composição urbanística por volta da década de 1980.

A fachada – na cidade tradicional, funcionava como meio exclusivo de comunicação entre o edifício e o espaço urbano.

Sendo o único elemento visível, a fachada compõe o cenário que define o ambiente urbano sendo através deste elemento que o edificado transmite suas características tipológicas, temporais, a linguagem arquitetônica, expressão estética, estilo.

Pela configuração do desenho urbano onde os edifícios ocupavam toda a frente do lote, estabelecendo continuidade com as edificações vizinhas, através da fachada se realizava a transição entre o mundo coletivo e a individualidade do mundo privado.

A fachada tradicional segue regras de composição (métrica, ritmo, estética) de forma a garantir a imagem exterior pretendida, enquanto a configuração do programa interior se adequava ao seu desenho.

A cidade moderna rompe com este paradigma quando altera o posicionamento do edifício no lote. A implementação de recuos laterais permite a visualização do edifício por outros ângulos o que esvazia o conceito de fachada principal.

O movimento moderno pretende a planta livre que se traduz na fachada. O posicionamento do edifício na estrutura urbana faz com que todo o volume e a massa edificada absorva a comunicação estética entre o edifício e o cenário urbano, o que exige uma integração entre o projeto arquitetônico e o desenho urbano.

O logradouro – é a parcela do lote que não é ocupada por construção. Na cidade tradicional eram as traseiras dos edifícios que ao longo de muitas épocas eram usadas para funções diversas (hortas, oficinas, garagem, anexo)

Como espaço residual, tem participação ativa no desenvolvimento urbano, na medida em que oferece espaço para as modificações e densificações do edificado, o que lhe confere papel relevante na evolução da cidade.

O traçado/a rua – é o elemento principal da relação entre a cidade e o território, sendo a base da forma urbana no gesto do desenhador. Funciona como uma grelha que regula o assentamento dos edifícios e quarteirões e conecta os vários espaços da cidade adaptada ao suporte geográfico pré-existente.

O traçado tem grande importância no plano de desenvolvimento da cidade por ser o principal vetor de mobilidade das pessoas, dos bens e das ideias. As cidades projetadas têm no seu traçado toda uma história escrita. A costura dos traçados da cidade é capaz de mostrar as influências de cada etapa no desenvolvimento da cidade. Apesar das modificações que uma cidade vivencia com o passar das gerações o traçado possui um caráter de permanência onde não é totalmente modificável.

A praça – é um elemento morfológico próprio das cidades ocidentais e é capaz de se distinguir de outros espaços pela intencionalidade do desenho e sua organização espacial.

A localização da praça em relação ao desenho da cidade, a forma como são dispostos os edifícios que a envolvem e caracterizam é parte de um programa que define a conceção arquitetónica.

Se o traçado configura os espaços de circulação, a praça é o espaço onde as pessoas se reúnem, convivem, estão em comunidade e põem em prática a vida social urbana. Existem outros espaços na urbis como terreiros e largos que apesar de terem sido apropriados e usados pela população para vivências e práticas sociais, não alçam a significação da praça pois não são projetados assim de raiz, são vazios acidentais do desenvolvimento da cidade.

Na cidade tradicional a praça definia-se a partir da forte relação entre o edificado e o espaço vazio de permanência. As fachadas são limites físicos para a praça bem como caracterizam o cenário da mesma. A envolvente, portanto, exerce grande influência na ambiência da praça. No urbanismo do movimento moderno a praça mantém a importância apesar de ser mais difícil delimitá-la diante da configuração do edificado.

O monumento – referência única e de grande significação onde a importância não está na escala do objeto, mas na história que este transmite de geração em geração.

O monumento é um facto urbano singular, capaz de resistir às transformações do tecido urbano e que possui uma presença importante na composição da imagem da cidade e, como tal, deve ser analisado pela sua configuração e posicionamento na cidade e pelo seu significado na leitura da mesma.

Seja um elemento escultórico, um marco sem finalidade de uso ou um edifício com valor cultural para a sociedade, o monumento figura num espaço específico e é referência para a identidade visual do espaço urbano.

Diante da ampliação do conceito de monumento que se verifica desde o século XX, foi possível desenvolver um novo olhar sobre a cidade antiga, passando a identificar conjuntos arquitetônicos, centros históricos e mesmo cidades, como património na vida da sociedade.

A vegetação – as estruturas verdes são elementos da composição urbana que influenciam de forma determinante, porém permeável na aparência da cidade. O traçado urbano pode ser delineado através da dureza das paredes, muros, fachadas ou mesmo de fortes acidentes geográficos, mas também através da leveza e organicidade da vegetação.

A importância da estrutura vegetal no aspeto final de uma obra é tão grande que em alguns casos existe uma preocupação de implantar árvores já adultas para garantir a contemplação da imagem final já sedimentada no momento de sua inauguração.

O mobiliário urbano – elementos móveis que equipam os espaços da cidade. Não poder ser tidos como secundários por constituírem a imagem visual do ambiente, bem como, por exercerem um papel de grande importância na organização do desenho urbano, na qualidade do espaço e comodidade do utilizador.

Em seguimento ao estudo do capítulo dois do livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (LAMAS, 1993), cabe-nos identificar a relação a estabelecer entre as dimensões ou escalas urbanas e os elementos morfológicos a analisar.

A escala da rua: edifícios, traçado, cobertura vegetal, terreno e mobiliário.

A escala do bairro: traçados e praças, jardins e áreas verdes, monumentos e quarteirões.

A escala urbana: grandes vias, extensas áreas verdes, bairros, território, paisagem envolvente

A leitura da cidade, entretanto, requer a análise simultânea destas diferentes escalas.

1.3. A praça como elemento estruturante do espaço

Qualquer que seja o período da história que se venha estudar, ao falar sobre o espaço urbano remete-se de imediato para elementos como ruas, edificações e praças. Estes organismos juntos formam o sistema complexo da Estrutura Urbana da Cidade.

A praça, segundo Lamas (pag.100), “é um elemento morfológico das cidades ocidentais e distingue-se de outros espaços (...) pela organização espacial e intencionalidade de desenho.” Se as vias são naturalmente espaços de passagem, as praças são espaços configurados para a convergência de pessoas que nele se encontram, convivem, relacionam-

se e criam neste espaço um lugar de permanência, práticas sociais e manifestações da vida urbana.

As praças públicas são classificadas por sua tipologia e pela função exercida no espaço urbano da cidade onde insere-se. Krier, em seu livro *Espaço da cidade* (1980) defende que, por sua tipologia, uma praça pode ser: retangular (podendo ter os cantos em chanfro); ortogonal; circular (por vez oval); triangular; angular ou de sistema geométrico complexo. (LAMAS, pag.102)

É certo que a tipologia de uma praça por vezes fica sujeita à topografia do sítio onde está situada; da implantação dos edifícios pré-existentes ou ainda da função que se pretende dentro do contexto urbano onde está inserida. Diante disto, ao estudar uma praça, faz-se necessário o estudo da sua evolução, dos usos e da forma como a mesma foi apropriada no decorrer da sua história.

Quanto ao uso, vale ressaltar a classificação elaborada por Kostof (1992) onde o autor divide em: a “praça do mercado” e a “praça cívica” (como os usos primários das praças); a “praça das armas”; a “praça dos jogos”; a “praça de tráfego” e as “praças residenciais”.

A praça do mercado – praça aberta cujo uso principal é o de atividades de comércio de bens e serviços (oferta, compra, venda ou troca). Centro económico da cidade

A praça cívica – tem o entorno marcado pela presença de imponentes edifícios institucionais que buscam representar o poder público através da monumentalidade do seu conjunto arquitetónico. Um palco para exposição do poder do Estado.

A praça das armas – era um espaço para demonstração de força e repressão da população. Espaço aberto de grandes dimensões, pontuada ao centro com um magnífico símbolo de poder e controle. Um espaço onde o povo podia manifestar-se, mas também, que o Estado usava para punir (por exemplo, o pelourinho).

A praça dos jogos – praça criada para atender à necessidade de entretenimento da população. Espaços públicos para a população estar e que assume um grau de especialização arquitetónica dependente da atividade realizada ali. Pode-se citar os anfiteatros romanos, os palio italianos, as praças de touros espanholas, dentre outras. Atualmente adaptam-se praças para práticas de desporto com equipamentos de ginástica, percursos de caminhadas e ciclovias para as novas atividades da sociedade.

A praça de trânsito – um espaço público que surge com a função de ordenar a circulação dos veículos e passa a ser utilizada pelos cidadãos como espaço de atravessamento em segurança das grandes vias e avenidas do espaço da cidade

Kostof faz ainda referência às praças residenciais que surgem em função da implantação de edifícios em quarteirões com acessos voltados para pátios interiores que

ficam reservados das ruas. Estas praças, em muitos casos tinham como intenção estabelecer a segregação social, ao separar a elite do povo.

“A praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (LAMAS p.102). Suas formas e dimensões (escala) possuem uma infinidade de arranjos possíveis por isso são consideradas como espaços em estreita relação com os edifícios circundantes. Para Lamas é o lugar público, onde se concentram os principais edifícios e monumentos, “quadro importante da arte urbana”, que adquire valores funcionais, político-sociais, simbólicos e artísticos. É o “elemento básico da energia e criatividade do desenho urbano e da arquitetura. É também cenário e manifestação de vontade política e de prestígio” (LAMAS p.176).

Forma e história urbana não se dissociam na análise da vida de uma praça. As praças centrais são as mais suscetíveis ao estreito casamento entre as transformações da forma e as mudanças do contexto político e social. Os períodos que marcam sua estrutura, seus cenários e ambiências são caracterizados pela duração dos acontecimentos mais importantes da vida política e social, assim como os momentos de rotura mais expressivos entre um e outro período condensam a polêmica que se estabelece entre as visões de futuro e as visões de passado. Em cada reformulação espacial, as praças traduzem esta disputa eterna entre a pré-existência e a introdução de novos valores simbólicos que indiquem um novo caminhar dos tempos.

1.4. Património

“O monumento assegura, sossega, tranquiliza, ao conjurar o ser do tempo. É garantia das origens e acalma a inquietude que gera a incerteza dos princípios, desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, o monumento procura apaziguar a angústia da morte e da aniquilação.” (Françoise Choay, p.18)

O movimento pela salvaguarda dos monumentos surge como contraponto ao impacto que a Revolução Industrial traz para a estrutura da cidade, onde se observam transformações profundas e que ignoram a memória dos lugares, bem como o ‘saber fazer’ que a sociedade desenvolveu ao longo da sua história e cujos elementos materializam-se como sua identidade e perpetuam pelas gerações futuras.

A necessidade da preservação do legado histórico e patrimonial surge com maior

intensidade a partir de 1931, com a Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, que estabelece diretrizes através da publicação da Carta de Atenas, para a reabilitação de edifícios considerados monumentos, bem como a sua envolvente, que passa a ser percebida como fator que influencia de forma direta o objeto/monumento, devendo portanto ser abrangido como parte integrante do conjunto patrimonial.

O reconhecimento da ‘cidade histórica’ ou a ‘aldeia histórica’, enquanto valores patrimoniais de conjunto, muito embora já seja notado em pequena escala, na Europa da primeira metade do século XX, só tende a ganhar força a partir do pós-guerra, altura dos “secteurs sauvegardés” franceses, no princípio da década de sessenta, e da Carta de Veneza, realizada no âmbito da UNESCO, em 1964, na qual se delimita o conceito de conjunto urbano ou rural com valor patrimonial, dando início ao movimento de valorização, dos centros históricos urbanos, como objetos de salvaguarda patrimonial.

Este novo modelo de entendimento do património, surge como resultado crítico do padrão de desenvolvimento que defende a expansão e renovação do tecido urbano estimulado pela economia capitalista, onde é notável a expansão descontrolada da malha urbana e um forte processo de gentrificação populacional, fundamentada apenas no discurso de prosperidade, que conduz a um contexto urbanístico e social de crise. Este cenário proporciona o surgimento de um novo conceito de intervenção no espaço urbano: a reabilitação, onde o foco passa a ser a salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais, bem como da sua importância para a sociedade contemporânea.

O entendimento desta nova perspectiva surge como ideia central e como Recomendação do Encontro de Nairobi que passa a ser adoptada pela UNESCO em 1976.

Durante os anos oitenta, após a constatação do valor da cidade antiga para a memória da humanidade, surge um movimento onde se privilegiam as componentes de ordem qualitativa em detrimento do crescimento urbano estandardizado, e que para além das preocupações de conservação e restauro implementa conceitos como o de “requalificação urbana”, enquanto fator fundamental para a constituição da cidade contemporânea.

As áreas históricas são áreas de sedimentação e acumulação, enriquecidos por sucessivos contributos durante séculos e gerações, que seria impossível substituir ou igualar, a cidade do passado enriquece a memória e a cultura, aferindo e testando o pensamento urbanístico actual. (LAMAS, p.133)

Porém estabelecer limites entre o que deve ou não ser considerado património a preservar, converge para os conceitos de noção de valor histórico, que ultrapassa a especificidade do monumento e passa a integrar outros conjuntos, como centro histórico, património urbano e, mais recentemente, paisagens naturais.

Se por um lado, a ideia de salvaguarda do património é aceite naturalmente pela ideologia vigente e pela opinião pública, as questões práticas que surgem dos processos de salvaguarda e revitalização, ainda se encontram por resolver. Os Centros Históricos das cidades por exemplo, constituem a base da memória social e cultural colectivas das cidades e comunidades, e, ainda que a sua proteção seja legitimada, quer entre os meios políticos, quer entre técnicos especializados, bem como por grande parte da população de modo geral, do ponto de vista urbanístico o alargamento do conceito de património ao conjunto arquitetónico trouxe maior complexidade a nível projetual e executivo para as intervenções de requalificação urbana.

A arquitetura enquanto fato urbano serve como um meio para comunicar uma época, seus símbolos, as relações sociais que influenciaram sua edificação e suas técnicas construtivas, trazendo ao presente a história e, com ela, elementos que podem ativar os laços de pertencimento de uma comunidade com o seu património construído.

“A maior glória de um edifício não depende, com efeito, nem de sua pedra, nem de seu ouro. Sua glória toda está em sua idade (...) Em seu testemunho de durabilidade ante os homens, em seu contraste tranquilo com o carácter transitório das coisas (...)” (RUSKIN, John)

1.5. Urbanismo português

A história do urbanismo português é construída através dos tempos e das diversas ocupações do território. Na génese da paisagem urbana de Portugal encontra-se a forte influência de civilizações diferentes que constroem como uma colcha de retalhos os princípios urbanísticos e culturais que passam a determinar a civilização portuguesa e suas intervenções pelo território nacional e das suas colónias.

Destas influências, vale destacar como mais importantes: as estruturas naturais urbanas ou pré-urbanas, as influências gregas e romanas e a influência muçulmana.

A passagem de diversos povos mediterrânicos pelo território que é hoje Portugal deixa uma marca perene nas suas estruturas urbanas e um legado que será transmitido na formação das cidades coloniais portuguesas.

Nas primeiras referências encontramos uma ocupação constituída por Castros, forma típica de aglomerado populacional, localizados em pontos dominantes do relevo, de difícil acesso e facilmente defensáveis. A implantação das casas não seguia uma estrutura regular, mas a presença de locais de culto coletivo numa zona central do aglomerado indicia uma noção de centralidade e de qualificação e hierarquia de espaços. A escolha de sítios

elevados para implantação das cidades portuguesas pode ser observada nos sucessivos períodos históricos que se seguem.

Sob domínio dos Fenícios e Gregos, a cidade portuguesa adquire novas características urbanísticas que passam a constituir o traçado fundamental da estrutura urbana portuguesa. Sendo ambas civilizações pertencentes ao mundo mediterrânico, com características climáticas e ambientais semelhantes as influências culturais gregas foram facilmente assimiladas pelos Portugueses. Uma cultura desenvolvida para o mar, baseada nas trocas e no comércio que tornavam as cidades pontos de ligação para a vasta rede de comunicações marítimas que conectavam diversas regiões, povos e culturas.

Das características das cidades gregas que permanecem bem marcadas na tradição urbanística portuguesa destaca-se a localização privilegiada das cidades na costa marítima; a escolha de sítios elevados para implantação do polo defensivo; a estruturação da cidade em dois planos distintos: a cidade alta, institucional e política e a cidade baixa, portuária e comercial; a adaptação do traçado à topografia local e a interiorização dos espaços privados.

Em contraponto aos gregos, a influência da civilização romana baseava-se numa efetiva ocupação e controlo do território. Estabelecia uma rede muito bem estruturada de cidades e comunicações terrestres, o que fazia da acessibilidade um ponto fulcral para a escolha do sítio de implantação. Os romanos preferiam os cruzamentos de rios ou intersecções de estradas.

Os princípios urbanísticos das cidades romanas de regularidade, racionalidade e ordem passam a estruturar a forma urbana das cidades portuguesas. Dois eixos viários principais constituíam as diretrizes fundamentais da cidade. O fórum no centro era o ponto de convergência da vida pública e religiosa, local de reunião e de encontro e mercado. Os equipamentos urbanos localizavam-se em diversos pontos da malha de ruas ortogonais e quarteirões quadrados ou retangulares. Os romanos influenciam também em toda a paisagem do território com a tecnologia das construções de aquedutos, pontes e estradas.

Esta tradição de regularidade das cidades romanas será também uma influência e componente importante da cultura urbana portuguesa.

A partir do exposto, é possível compreender a dualidade encontrada nas cidades portuguesas. Por um lado, a cultura mediterrânica grega associada a uma cultura tradicional e vernácula e por outro lado, a cultura românica que mais tarde será reafirmada e consolidada pelo renascimento e pelo iluminismo. Destacamos, portanto, dois modelos de cidade onde o primeiro apresenta um traçado menos regular que se estrutura a partir das funções do espaço e dos edifícios singulares, e o segundo, mais regular, planeado e construído a partir de uma

ordem geométrica pré-definida que traça os espaços urbanos e ordena a implantação dos edifícios e determina as funções exercidas nestes espaços.

Nas cidades portuguesas encontramos estas duas conceições espaciais a coexistirem de acordo com as épocas, locais e as situações específicas da sua construção.

A partir de 711 a cultura muçulmana passa a introduzir algumas alterações, mais ou menos profundas nas estruturas urbanas das cidades, constituindo também um importante componente da tradição urbana portuguesa.

Eram características fundamentais da cultura urbana muçulmana a tradição dos espaços fechados e sinuosos, a falta de espaços livres nas cidades e a existência de rossios de feira localizados extramuros que substituíam as praças inexistentes.

Apesar das diversas influências, é possível estabelecer uma constância da rede urbana portuguesa ao longo da sua evolução histórica.

1.5.1. O urbanismo português no Brasil

“A história urbana portuguesa é indissociável da história urbana brasileira. Por um lado, as raízes do urbanismo brasileiro encontram-se em Portugal: é na tradição urbana portuguesa, de natureza vernácula ou erudita, que se vão radicar os traçados urbanos brasileiros dos séculos XVI a XVIII.” (TEIXEIRA & VALLA, p.1)

No Brasil, território não urbanizado, Portugal lança-se à experimentação desenvolvendo um conjunto de vilas e cidades que constituem os polos de ocupação e de colonização do território. São nestas cidades que se vão imprimir os princípios urbanísticos desenvolvidos nos períodos anteriores na metrópole.

A expansão ultramarina ocorre no período do Renascimento europeu, época em que se desenvolve uma nova visão do mundo e do homem. O resultado do contacto e da miscigenação com outros povos deu origem a um processo de aculturação que se evidencia nos espaços construídos pelos portugueses. A abertura do espírito a outras realidades humanas corroborou para uma melhor adaptabilidade às diferentes condições físicas nas colónias.

As cidades coloniais apresentam características particulares que as diferenciam entre si, a depender das funções e das condições materiais e culturais de cada uma, porém é possível identificar nelas a linearidade do carácter português. Os modelos e a tradição urbana

em que se baseavam eram fortes o suficiente para assegurar a continuidade de formas e de estruturas que as cidades construídas pelos portugueses evidenciam.

Cada uma destas cidades construídas fora da Europa resulta de uma diversidade de influências e de modelos de referências de diferentes momentos históricos. Os diferentes modelos eram utilizados de acordo com a sua adequação às condições políticas e económicas de cada local e de cada período.

Na primeira fase o modelo adotado era o da cidade portuguesa medieval adaptado às condições locais, onde tinham seu núcleo urbano primitivo implantado no cume do monte mais proeminente, e a partir deste a cidade se desenvolvia.

Nas cidades localizadas na costa a estrutura se fazia a partir de dois níveis onde, na cidade alta se instalava a sede do poder civil e religioso e na cidade baixa desenvolvia-se as atividades marítimas e comerciais.

Também a construção de edifícios públicos foi um importante elemento para a afirmação e estruturação das cidades, concebidos de acordo com padrões arquitetónicos eruditos, estes dignificavam e marcavam formalmente a cidade.

Os traçados das primeiras cidades do Brasil construídas sem intervenção direta da coroa, tinham, portanto, suas raízes na tradição urbana vernácula, que se adequava à política de ocupação lenta do território feita pelos donatários.

A partir de finais do século XVI, fase em que a coroa passa a controlar diretamente a ocupação do território, surgem as primeiras cidades coloniais de grande porte, as quais passam a ser planeadas e construídas de raiz por arquitetos e engenheiros militares enviados de Portugal. Nestes casos, adota-se os traçados urbanos regulares inspirados nos ideais urbanos renascentistas que atendiam aos objetivos políticos de controlo do território e, principalmente, de afirmação do poder real.

2. A Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos

A Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos já nasceu cidade! Diferente de tantas outras povoações, que se desenvolveram em vilas sendo elevadas posteriormente à condição de cidade, a Cidade do Salvador “nasceu de um projeto político, com Regimento datado de 17 de dezembro de 1548, que lhe instituiu poderes e deveres, limites e ações, forma e conteúdo. Nasceu fortaleza e povoação grande, com Governador e Capitão-mor, para civilizar os gentios, promover justiça, governança, segurança, povoamento, comércio, conversão à Santa Fé Católica, explorar as riquezas, servir ao Rei”. (Francisco Senna) (Filho, L. W. (2012)). Nasceu, não como um produto do passado, mas como um projeto de futuro. “Nasceu predestinada ao papel de metrópole, já que estava localizada onde os indígenas consideravam o coração do país” (Milton Santos, 1956)

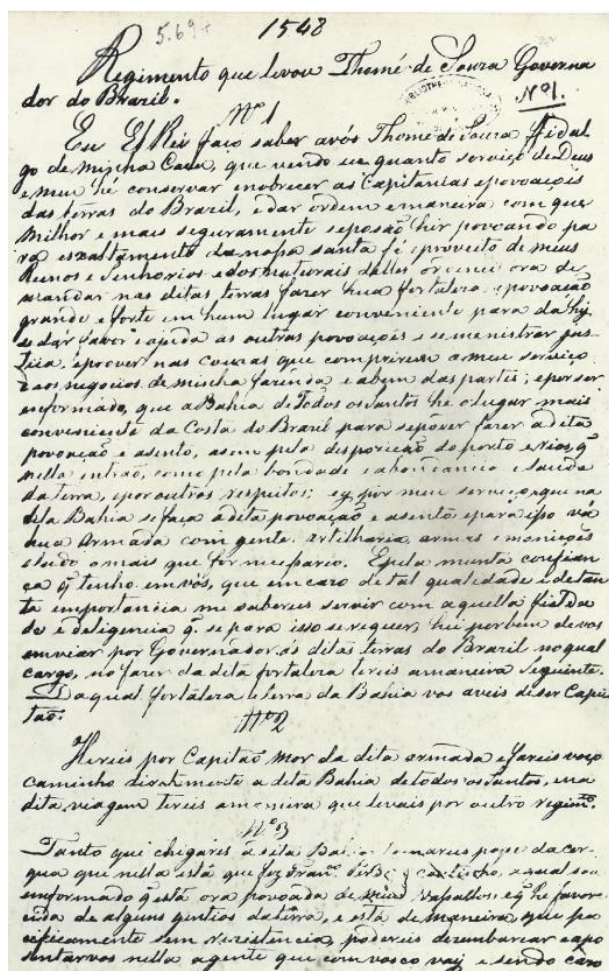


Figura 1 - Regimento 1548

Ao partir de Lisboa, no ano de 1549, altura em que foi implantado o Governo Geral no Brasil, Thomé de Souza levou consigo uma armada transportando mais de um milhar de colonos, soldados e missionários. Dentre eles estava o mestre de obras Luís Dias, com as diretrizes de Miguel de Arruda (arquiteto do Rei), para a escolha do local onde seria implantada a cidade “um sítio salubre, de fácil defesa, com abundância de águas e com porto de águas calmas onde se possam amarrar os navios”. O sítio escolhido, situado numa enseada no interior da Baía de Todos os Santos, caracteriza-se por ser um território bastante acidentado ao longo de uma falha geológica que constitui uma escarpa, com 65 m de altitude, sem padrastos e com boa visibilidade.

Em forma de península, a cidade é banhada pelo mar ao Sul, a Leste e a Oeste. As principais características

topográficas do território envolvente, são colinas, vales, planaltos, planícies e espigões.

As diretrizes trazidas da Corte, estabeleciam o modo de proceder para garantir a regularidade do traçado da nova cidade. Salvador foi implantada ao longo da linha da praia e

num platô sobranceiro à Baía, seguindo um plano que, se por um lado, se adaptava às características topográficas do terreno, por outro, era constituída no seu interior por quarteirões retangulares, sensivelmente regulares. A cidade, desde o início, teve ruas retilíneas e seu desenho aproximava-se, nos terrenos planos, do clássico tabuleiro de xadrez.

As cidades brasileiras desta época (entre os sec. XVI e XVIII) tem uma grande identidade formal, consequência da mesma cultura urbana e dos princípios serem os mesmos tanto num como do outro lado do Atlântico. São exploradas as particularidades topográficas, tanto no plano urbano como no seu aspeto funcional, assim como a localização dos edifícios principais.

A maior parte das cidades coloniais portuguesas situavam-se junto ao mar ou nas margens de vias, mas sempre em locais abrigados, boas para fundear navios e com boas capacidades defensivas. (TEIXEIRA, 2004)

O núcleo defensivo principal correspondia também ao núcleo de ocupação inicial, e em muitos casos, como na Cidade do Salvador, se organizava em duas partes distintas – a cidade alta e a cidade baixa. A cidade alta era a sede do poder e onde se instalavam as respetivas defesas. A cidade baixa, por sua vez, era o local das atividades marítimas e comerciais e onde se instalavam também as áreas habitacionais mais pobres, as quais se estruturavam ao longo da linha d'água. (TEIXEIRA, 2004)

“As cidades brasileiras tiveram papel importante no desenvolvimento e na consolidação dos princípios de regularidade do urbanismo português. As sucessivas fases do urbanismo regular português vêm da sua expressão nas cidades do Brasil” (TEIXEIRA, p.25), e de alguns apontamentos de raiz medieval os quais podem ser notados na estrutura da Cidade do Salvador.

Segundo Manuel Teixeira, a praça urbana estruturada e com forma regular *“aparece tardiamente na cidade portuguesa”* (TEIXEIRA, p.27), fundamentalmente a partir do final do sec. XV e princípios do sec. XVI.

Refere ainda este autor que a urbanização do Brasil a partir do sec. XVI *“corresponde ao período da afirmação da praça na cidade portuguesa”*. Devido a este facto, observa-se nas cidades brasileiras e desde o início *“a existência de praça como um dos seus componentes urbanos fundamentais”* (TEIXEIRA, p.32)

A cidade alta de Salvador da Bahia, iniciada em 1549 foi assente num planalto sobre a Baía de Todos os Santos *“cidade planeada segundo um traçado regular bem hierarquizado”*, mas que, em simultâneo, se conseguiu adaptar às características topográficas do local (Teixeira, 2004). Acrescenta ainda este autor que a cidade do Salvador *“se relacionou com o território e se construiu com ele”* observando-se esse facto de várias formas – na escolha da

localização, na estruturação da cidade com dois níveis, na estruturação da cidade alta, no traçado das muralhas “*situando-se em todo o perímetro urbano em torno da cota 50, nível a partir do qual os declives se tornam mais acentuados*” e no desenvolvimento ao longo da crista do planalto que ligava os seus principais polos de desenvolvimento – Convento de São Bento, o núcleo urbano e o Convento do Carmo, tornando-se a principal via estruturante da cidade. E ainda, no traçado da própria cidade e nas praças. (TEIXEIRA, 2004)

A malha urbana de Salvador tem, como núcleo primitivo, um espaço delimitado entre o caminho da Misericórdia e o declive onde atualmente está implantada a praça Castro Alves.

A expansão da cidade, se deu para Norte, ocupando o segundo platô, onde já existiam, em território extramuros, o hospital (ou Casa da Santa Misericórdia), a Igreja da Sé e o Colégio dos Jesuítas.

Em finais do século XVI, já instalados os colonizadores vindos de Portugal, catequisados alguns índios e com a chegada da mão-de-obra escrava africana, Salvador contava com 1500 fogos de famílias portuguesas (aproximadamente 7500 pessoas) e para o serviço destes, 18000 escravos e 3600 índios cristãos.

No mapa a seguir (Figura 2) podemos ver a configuração trapezoidal de Salvador, consequência da adaptação ao relevo. Nota-se também a praça, dentro do perímetro da primeira etapa da construção da cidade, que é limitada pelo fosso, assim como, a rua da Praia e a expansão a Norte.

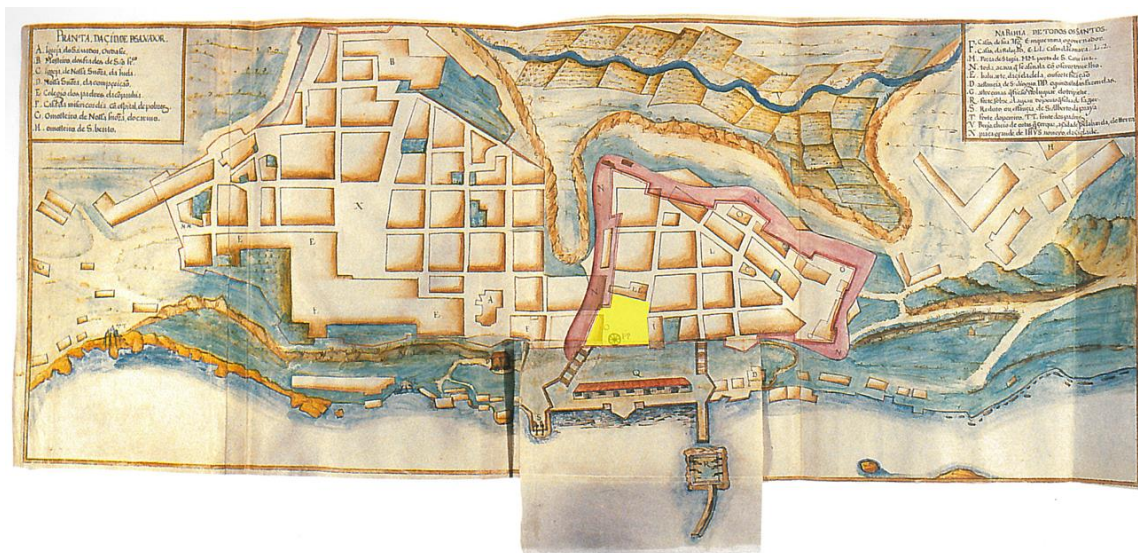


Figura 2 – Mapa extraído do livro que dá Razão ao Estado do Brasil. fonte: Teixeira, M. C. & Valla, M. (1999). O urbanismo português.

Com a parte alta já consolidada, e por decorrência do crescimento e fortalecimento das atividades mercantis de escravos e de escoamento do açúcar e do tabaco produzido no Recôncavo baiano, a zona portuária da cidade passa a ser alvo de novos investimentos. Para a melhoria da infraestrutura de apoio ao porto, foram realizadas intervenções, as quais tinham como objetivo a incorporação do território marítimo através de aterros sucessivos, que deram origem ao Bairro das Nações, e posteriormente ao bairro do Comércio.

Em paralelo ao desenvolvimento económico, a metrópole também expandiu seu território, conquistando novos espaços nas colinas a leste e estendendo-se, ao longo da escarpa, para Norte até Santo António e para sul até a Vila do Pereira, atual bairro da Barra.

Mesmo depois da mudança da capital para a cidade do Rio de Janeiro, Salvador se mantém como maior e mais importante porto da costa brasileira. A expansão da cidade se desenvolve tendo como base a linha da costa, bem como o conjunto de colinas do Leste. Porém, a centralidade administrativa se mantém na Praça.

A Cidade da Bahia, no início do século XX, experimenta um significativo período de declínio e estagnação por força da criação e fortalecimento de um novo mercado nacional que concentra as atividades econômicas no centro-sul do país.

A partir da chegada de novas tecnologias e meios de transporte, consequência da Revolução Industrial tardia, que permitem a mobilidade das pessoas por longas distâncias, a população, especialmente os mais abastados, buscam ocupar e residir em zonas mais distantes iniciando o processo de espraiamento da cidade e geração de novos núcleos residenciais.

Com a descoberta e exploração do Petróleo no Recôncavo Baiano, por volta dos anos 50, Salvador passa por um crescimento populacional importante, em grande parte decorrente do processo de migração rural-urbana, fruto da crise que se abateu sobre o setor agropecuário, até então, base de sua economia. Um intenso crescimento populacional é registrado (de 655.735 habitantes, em 1960, para 2.072.058, em 1991 (Fonte: IBGE, Censo Demográfico)) e a estrutura social e urbana da cidade radicalmente transformada. Essa realidade, socialmente precária, repercutiu diretamente sobre o Centro da Cidade, com o deslocamento da elite para a orla atlântica, e ocupação das velhas edificações por populações de baixa renda.

Nos anos subsequentes, houve incentivos fiscais e económicos para implantação de empreendimentos industriais, por consequência das políticas desenvolvimentistas do Governo. Em 1953, havia sido criada a Petrobrás, e na Região Metropolitana de Salvador, foram instalados dois grandes Polos Industriais – Centro Industrial de Aratu (1966) e Polo Petroquímico (1978).

vender a imagem da cidade como uma “superbrand”. O turismo urbano tem experimentado uma onda de crescimento em todo o mundo o que se nota diante da grande quantidade de pessoas que movimentam a rotina das cidades diariamente. Estes indivíduos que formam uma população flutuante, usam a cidade e depois vão embora, entretanto, representam um importante elemento da dinâmica cidadina.

A cidade chegou ao século XXI com um intenso processo de crescimento disperso e voltado para a área perimetral, (conurbação), com a edificação de equipamentos de grande impacto e implementação de novas urbanizações, com padrões habitacionais voltados para as classes de alta e média renda. Contrapondo-se a esta realidade, viu-se o aumento da deterioração das áreas centrais, particularmente o centro antigo, onde se evidenciaram os novos padrões de segregação e desigualdade social e urbana.

O Planejamento Urbano pairou por entre esses processos, no centro deste grande embate entre os interesses privados e a gestão pública, a partir dos novos conceitos do empreendedorismo urbano.

A primeira experiência de planejamento urbano em Salvador foi registada na década de 40, com o Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador- EPUCS, cujo trabalho ficou conhecido como Plano Mário Leal Ferreira, em alusão a seu coordenador.

Naquele momento, a cidade apresentava um crescimento moderado em razão da decadência da atividade açucareira do estado e passava a depender da exploração do Cacau e do escoamento de sua produção através do seu porto. Esta estagnação econômica e seus reflexos na desigualdade social, revelou-se através de uma estrutura urbana obsoleta que apresentava graves questões sanitárias e altos índices de mortalidade.

Por volta de 1975, ou seja, quase 40 anos depois, surge o PLANDURB, num contexto de crescimento econômico acelerado e de um processo de centralização de recursos a nível federal, financiado e submetido ao sistema nacional de planejamento e gestão. Nesta mesma época, ganhou força o movimento de preservação do património, e isso trouxe à baila discussões em torno da situação de abandono da cidade histórica. Estudos mostravam que o centro precisava recuperar sua centralidade e poder.

Em 1984, é aprovada a Lei de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Salvador, com modificações e alterações do seu texto original, pelo então prefeito Manoel Figueiredo Castro. Em 1985 o Centro Histórico da Cidade do Salvador da Bahia foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.

Em 1986, foi elaborado um projeto de reabilitação, cuja autoria foi da arquiteta italiana Lina Bo Bardi, e ela propunha preservar as relações sociais e a cultura existentes.

“...sua intenção era formular uma solução de projeto que articulasse diferentes escalas, partindo dos edifícios, relacionando-os com os diversos pontos estratégicos do tecido urbano do centro histórico e, a partir daí, rearticular o centro com o restante da cidade. A proposta valorizava diferentes usos que possibilitassem a habitação e a convivência dos múltiplos estratos sociais, fato que já caracterizava a dinâmica de usos daquele território.

Assim, foi formulado um projeto de intervenção em escala urbana que propunha a recuperação da infraestrutura existente dos espaços públicos e a restauração dos edifícios do casario, destinados para usos residenciais, comerciais, institucionais e culturais. Para Lina Bo Bardi seria fundamental tratar o centro histórico como um lugar pulsante, pleno de vivacidade, mas não como uma paisagem artificial, como um cenário para mero deleite. Devido às circunstâncias políticas naquele momento o plano foi executado de forma rápida, fato que comprometeu uma maior participação da comunidade na sua elaboração e uma posterior defesa da sua consecução integral.

A proposta arquitetônica empreendida considerava soluções construtivas equivalentes para diferentes edifícios, valorizando a multiplicação de elementos e a otimização do canteiro que a técnica de argamassa armada poderia viabilizar. Assim, em um ambiente arquitetônico e urbano diversificado, optou-se por um rol de soluções técnicas com flexibilidade de adaptação, que também garantiria agilidade na reversão do processo de decadência, no afã de vencer a batalha contra a degradação urbana existente. O uso dos elementos de argamassa armada deveria operar como solução estrutural na consolidação de estruturas arquitetônicas ameaçadas, mas também atuar como elementos para solucionar vedações e paredes, suplantando as lacunas nas intervenções em edifícios do centro histórico.

Essas intervenções arquitetônicas aconteceriam em diferentes pontos do Centro Histórico, em lugares emblemáticos como o Pelourinho, a Praça da Sé ou a Praça Castro Alves, para exemplificar o potencial sucesso da grande empreitada. Como estratégia inaugural, para um desses pontos estratégicos formulou-se o Plano Piloto da Ladeira da Misericórdia, que à guisa de manifesto de intenções da equipe, constituiu-se como campo de experimentação prática das ideias projetuais. Na Ladeira da Misericórdia, situada próxima a Praça Municipal, havia uma série de edifícios desocupados e terrenos abandonados. As fachadas desses edifícios foram poupadas e seus interiores modificados, com a inserção de usos residencial e comercial. Nos terrenos abandonados foram construídos o Restaurante do Coati e o Bar dos Três Arcos para consolidar a inteireza de um conjunto urbano numa ladeira voltada para a baía, sem apresentar lacunas na paisagem.” (Ana Carolina de Souza Bierrenbach e Eduardo Pierrotti Rossetti, in Revista Risco, IAU-USP, 2014)

Poucas ações do plano chegaram a ser implementadas, a casa do Benin, o Belvedere da Praça da Sé (demolido em 1999) e intervenção na Barroquinha são alguns exemplos. Para ilustrar apresento abaixo o desenho do projeto realizado na Ladeira da Misericórdia (Figura 4), espaço incluído na área de estudo desta dissertação.



Figura 4 - Projeto da Ladeira da Misericórdia, fonte: Livro Lina Bo Bardi, p.292 in <https://linabobardi.wordpress.com/2011/11/27/12/>



Figura 5 - Ladeira da Misericórdia, foto de Nelson Kon in <https://www.archdaily.com.br/br/758645/classicos-da-arquitetura-ladeira-da-misericordia-lina-bo-bardi>

O Plano piloto da Ladeira da Misericórdia consistia numa intervenção cujas intenções projetuais passavam por recuperar o conjunto arquitetônico existente sem apagar a história

por ele vivida, e revitalizar através da atribuição de funções de uso mistas, que pudessem ser polos atrativos de dinâmicas humanas. O partido adotado pela arquiteta incluiu a recuperação das unidades habitacionais, a adaptação do rés-de-chão para atividades de comércio de pequeno porte e a ocupação dos vazios e ruínas moldadas pelo tempo e pelo abandono...

Sem reconstruir o passado já perdido, e pela necessidade de dar resposta em um curto prazo de tempo, a intervenção é feita por estruturas pré moldadas em betão armado, o que confere autenticidade e diferenciação entre os espaços novos e antigos, exaltando a verdade das histórias daqueles edifícios. Claramente se percebe os espaços reabilitados e as ruínas reconfiguradas e transformadas em um bar e um restaurante (Figura 5).

Diversos estudos passaram a ser feitos no intuito de incentivar a elaboração de Planos Diretores, a Regularização Fundiária e Programas de Reabilitação de Centros Urbanos. Em Salvador, estes estudos visavam estruturar de forma ordenada o crescimento do tecido urbano e de sua envolvente.

Planos Diretores existiram e existem, muitos e valorosos, porém com pouca ou nenhuma aplicação. Segundo investigadores do setor acadêmico, os Planos Diretores tornaram-se um discurso e cumprindo muitas vezes um papel meramente ideológico, sem receber o devido respeito e apoio para sua execução. Sem pessimismos ou teorias conspiratórias, os Planos Diretores serviram para dar maior conhecimento sobre as questões da cidade, para disseminar ideias e propostas e para impedir muitas vezes que determinados absurdos fossem praticados. Mais que isto, é admitir a ilusão e o improvável.

Em paralelo aos Planos Diretores elaborados pelo Município, o Ministério das Cidades coordenou uma equipa multidisciplinar que envolve cinco ministérios, na elaboração de um Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais.

Inserida no contexto destes Planos Nacionais de Reabilitação, a cidade de Salvador vem sendo alvo de algumas medidas do governo que buscam fomentar a preservação do património, desde que o Centro Histórico passou a constar na lista de Património da Humanidade. A intervenção feita a partir de 1992, tendo como diretriz o “Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador”, teve sua configuração inicial alterada, passando a dar ênfase ao turismo e ao potencial econômico, em detrimento do uso habitacional.

Sucedeu-se assim, um processo de gentrificação que, entretanto, foi questionado, principalmente por promover a expulsão da população que residia no centro. Foram também criados espaços públicos abertos, tais como as praças Tereza Batista, Pedro Arcanjo, Quincas Berro d’Água e Praça Arte, Cultura e Memória, além de estacionamentos periféricos. Transformou-se, assim, essa grande área, em um “shopping cultural”.

Dos anos 90 aos dias de hoje, Salvador tornou-se a terceira cidade mais populosa do país, com um processo de ocupação desordenada e inchaço demográfico. A busca incansável por uma forma de intervir no centro histórico e de resignificar aquele espaço para a sociedade local, gerou uma diversidade de análises e diagnósticos das mais diversas áreas de estudo. Também foram realizadas, por parte do poder público, diversas intervenções no centro antigo, porém, foram pontuais, desarticuladas e sobrepostas. Os erros e acertos das medidas adotadas pelos governos serviram de aprendizado, bem como os exemplos colhidos em outros territórios do mundo.

Muitos destes estudos revelaram a necessidade de se promover a habitação nas áreas centrais, bem como de se realizar projetos participativos, com a inclusão da comunidade local. É nesse sentido que em 2007 é criado o Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador - ERCAS, que passa a elaborar um Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador - CAS, tendo como base alguns diagnósticos realizados por outras equipas especializadas. Um projeto grandioso que nasce de um acordo entre os três entes federativos (união/estado/município) e cujo maior desafio era estabelecer uma estrutura de governança, com um fundo financeiro e um plano de investimentos que atendesse as necessidades de quem mora, trabalha, visita e frequenta o centro.

Deste Plano foram extraídas algumas proposições

- I. Fomento a atividade económica
- II. Ampliação da competitividade das atividades económicas do CAS
- III. Preservação da área da encosta do frontispício
- IV. Incentivo ao uso habitacional e institucional no CAS
- V. Dinamização do bairro do Comércio e revitalização da orla marítima do CAS
- VI. Qualificação dos espaços culturais e monumentos do CAS
- VII. Estruturação do turismo cultural no CAS
- VIII. Aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável do CAS
- IX. Otimização das condições ambientais
- X. Requalificação da infraestrutura do CAS
- XI. Redução da insegurança no CAS
- XII. Valorização do CAS a partir da educação patrimonial
- XIII. Criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia
- XIV. Gerenciamento e implantação do Plano de Reabilitação

Dessas proposições, muitas ações já foram realizadas e outras estão em andamento, como os investimentos de requalificação no Elevador Lacerda e no Palácio Rio

Branco, as ações de melhoria da segurança, o estímulo à educação patrimonial, a estruturação do turismo cultural, recuperação de casarios degradados para implementação de unidades habitacionais, entre outros.

Entretanto, para a área delimitada no escopo desta dissertação, cabe destacar a proposição III, que prevê a recuperação da paisagem urbana do frontispício, a reabilitação da circulação vertical através de meios mecânicos ao longo da escarpa, incluindo a construção de dois novos equipamentos; e a valorização dos mirantes como área de contemplação da Baía de Todos os Santos, entre os quais a Praça está incluída.

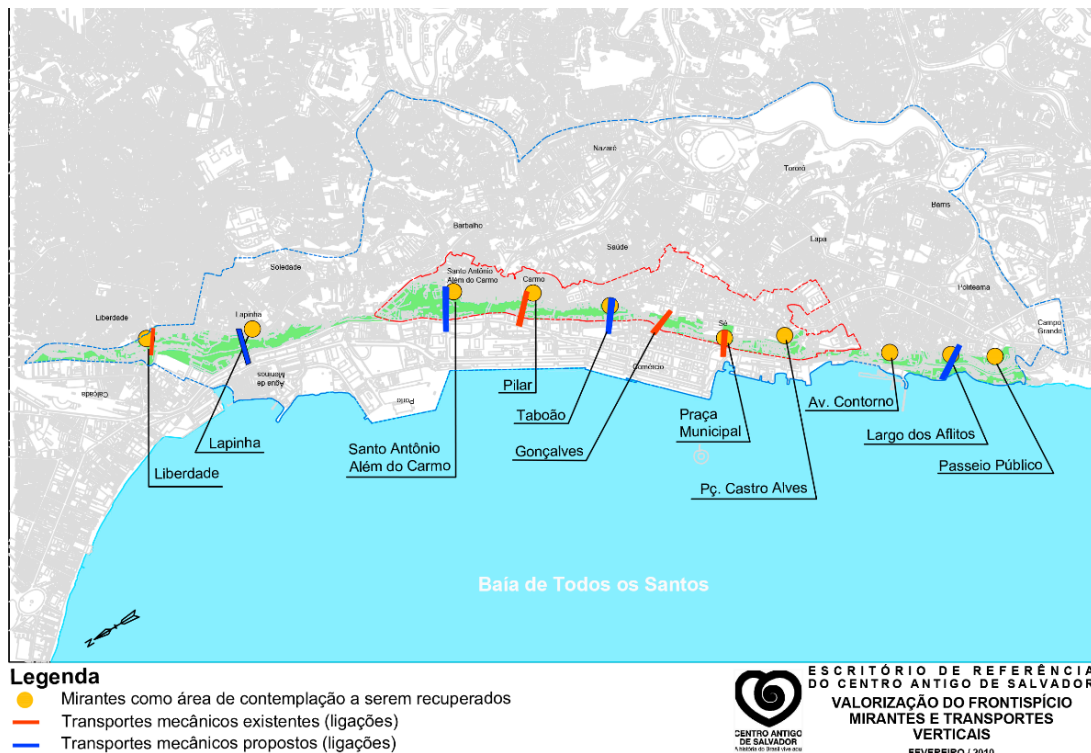


Figura 6 - Mapa referente à proposição III do Plano de Reabilitação Participativa do Centro Antigo de Salvador

As figuras abaixo, Figura 7 e Figura 8, ilustram o perfil da cidade de Salvador no século XIX, antes e depois da construção do Elevador Lacerda



Figura 7 - Trecho do Panorama de Mulock, cerca de 1860, fonte: Guia Geográfico de Salvador



Figura 8 - Trecho central do Panorama de Gaensly, cerca de 1875, fonte: Guia Geográfico de Salvador

3. A Praça Thomé de Souza

“Descrevendo a cidade no ano de 1584, Gabriel Soares a registra como sendo Praça da Feira, acrescentando que naquele local “se faziam corridas de touros”, de onde lhe veio um batismo posterior: “da Parada”. No seu livro “Notícia Geral”, datado de 1759, José Antônio Caldas a descreve como tendo “26.244 pés quadrados na qual está fronteiro o Palácio onde residem os senhores vice-reis, e na parte oposta a Casa da Moeda. No lado direito a casa da Câmara e Cadeia, e no lado esquerdo a Casa da Relação. Esta praça se comunica a toda a cidade por seis ruas”.

Foi também batizada “do Palácio”. Em 1889, com a proclamação da República, tomou o batismo de Praça da Constituição e, algum tempo depois, do Conselho (ali se reuniam os representantes dos diversos setores do governo municipal para tomar deliberações). Passou a chamar-se Praça Rio Branco, por meio da resolução Nº 338, de 24 de maio de 1912. Da Aclamação, da Assembléia e Ramos de Queiroz foram outras das suas muitas denominações e, desde 1949, quando das comemorações do quadricentenário da cidade, é oficialmente a Praça Thomé de Souza. Durante um longo período, nos primeiros tempos da cidade, foi conhecida simplesmente como a “Praça”, por ser a única da cidade, estendendo o seu batismo à descida que partia de um dos seus ângulos, conhecida até hoje como Ladeira da Praça. Atualmente é endereço certo sob o batismo de Praça Municipal, de origem eminentemente popular, e que indica a histórica presença ali dos principais setores do poder executivo do município”.

(DÓREA, Luiz Eduardo, Os nomes das ruas contam histórias. Câmara Municipal de Salvador, Salvador, 1999)

A história conta que a Praça Thomé de Souza constitui-se símbolo de origem da cidade de Salvador da Bahia. Nasceu ao mesmo tempo que a Fortaleza do Salvador e apesar de estar situada num dos vértices do núcleo primacial da cidade, sua localização entre os dois platôs que compreendiam o território a ser ocupado pela cidade no alto da escarpa, lhe confere o status de centralidade e de elo entre as duas etapas.

Inicialmente, a praça teve sua morfologia definida através da construção dos dois edifícios que representavam o poder da corte na colônia, a Casa do Governador (Figura 10) e a Casa de Câmara (Figura 11). Cercada a norte e oeste pela paliçada de taipa, mostrava sua feição militar através da presença dos prováveis baluartes ou torres de vigia. Com a ruína precoce da referida paliçada e a subsequente expansão da cidade para norte, surge, no adro do Colégio dos Jesuítas, uma praça religiosa a qual estabeleceu um contraponto importante, com a praça municipal, na estruturação da cidade.

Como uma praça cívica por excelência, era importante assegurar uma visualização adequada das fachadas das edificações, marca e expressão de poder, bem como, garantir um espaço livre para a realização de manifestações e cerimônias.

No século XVIII, a praça passa pela sua primeira reestruturação urbana, com a ocupação gradativa do lado leste onde foi erguida a Casa da Relação, o que determinou o

fechamento do perímetro da praça e alterou a sua forma (Figura 9). Assegurava-se assim, sua inserção no quadro das praças renascentistas.

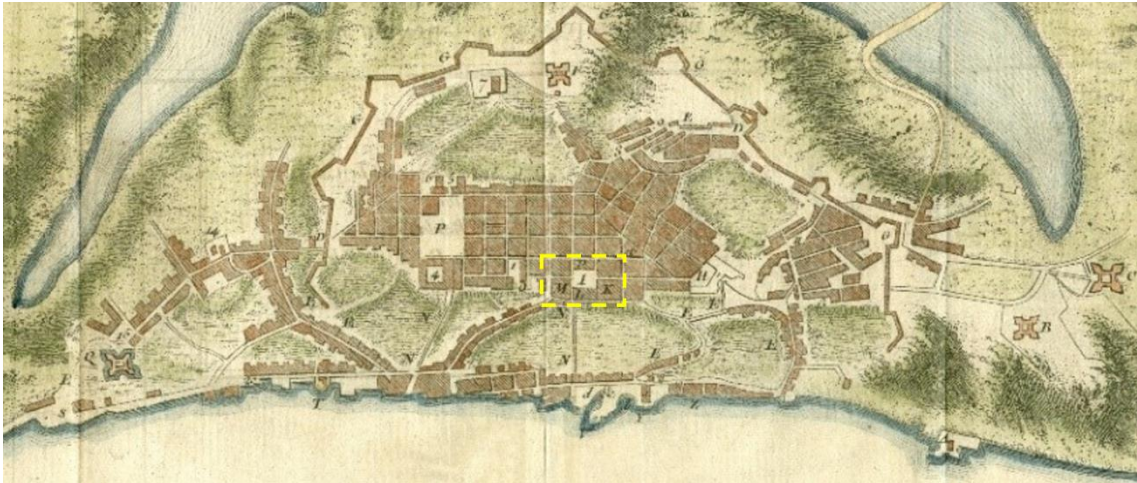


Figura 9 - Trecho da planta de Frezier publicada em 1758, fonte: Guia Geografico (<http://www.bahia-turismo.com/salvador/antiga/salvador-frezier.htm>)

As praças renascentistas eram recintos concebidos para uma função específica, determinada pelos edifícios que a configuravam, e onde, através do artifício da perspectiva, as fachadas das edificações se apresentavam como limites precisos à visão e à realidade física do espaço. Tomando a praça Thomé de Souza como objeto de estudo, diante da presença dos principais edifícios públicos que a dotavam de valor funcional e político-social, esta ficava caracterizada como uma praça cívica.



Figura 10 - Casa do Governador, final do século XIX, fonte: Guia geografico (<http://www.salvador-antiga.com/centro-historico/palacio.htm>)

Os primeiros edifícios da Praça Municipal construídos por Luís Dias eram de taipa e barro, com cobertura em duas águas feitas com folhas de palma, que eram os materiais disponíveis à época, imitando as construções indígenas. Sua reconstrução, ainda no século XVI, em pedra e cal, buscava atribuir ao cenário um maior valor simbólico, entretanto, não

deve ter alterado a ocupação original. Estas só seriam efetivamente modificadas, com ampliações consideráveis, na segunda metade do século XVII, sob certa influência francesa.



Figura 11 - Casa de Câmara e Cadeia (1860), fonte: Guia Geográfico (<http://www.salvador-antiga.com/centro-historico/paco-municipal.htm>)

Durante o Império, a praça passou por longa e prolongada transição espacial, durante a qual foi novamente liberada a visão do mar, pela demolição dos prédios existentes, dentre os quais o da Relação.

O elevador Lacerda (Figura 12) foi o primeiro elevador urbano a ser implantado como transporte público no mundo. A mobilidade vertical facilitou a ligação entre os dois níveis da cidade que, naquela altura era feita através de escadarias, longas ladeiras ou mesmo guindastes, estes últimos utilizados, prioritariamente, para o transporte de mercadorias.



Figura 12 - Elevador Hidráulico da Conceição, posterior Elevador Lacerda

A construção durou cerca de quatro anos, e enfrentou dificuldades tanto pela parte técnica da execução da obra, como pela descrença da sociedade que considerava o projeto uma utopia.

O Elevador dispunha de duas cabines, que comportavam cerca de 20 pessoas, as quais precisavam ser pesadas antes de iniciar o trajeto. A estrutura, com apenas uma torre de 63m construída em pedra, recebeu críticas, especialmente de estrangeiros, por utilizar relativamente pouco ferro, então símbolo da modernidade.

No lado norte, com a demolição de alguns imóveis ali existentes e, principalmente, da Casa da Moeda ocorrido em 1835, a praça passou a sofrer uma crise de identidade ocasionada pela rotura entre uma pré-existência colonial e um novo “presente” imperial que ainda não marcara o centro de Salvador.

Palácio e Câmara, Relação e Moeda adquiriram outras conotações, exigindo a transformação simbólica e estética das edificações.

A fase subsequente pode ser definida como a fase de hegemonia do ecletismo, pois, com a ampliação da Praça, o Paço da Câmara é reformado sob influência renascentista e a fachada da Casa dos Governadores (Figura 13) sofre mudanças formais através de sucessivas reformas executadas sob as mais diversas influências. À frente desta, do outro lado da praça, aproximadamente no mesmo local onde teria existido a Casa da Moeda, dar-se-iam as mudanças mais significativas do início da República.

A estética modernizadora não se resumiu a um embelezamento cosmético, resultante de pequenas modificações no piso e no mobiliário. Foi mais além. Exigiu a reforma ou reconstrução de todas as edificações que estruturavam a praça.



Figura 13 - Casa do Governador, Postal J. Mello, circulado em 1911, fonte-. Guia Geográfico (<http://www.salvador-antiga.com/praca-thome-souza/imagens/palacio-hd.jpg>)

Vítima da mistura de ‘estilos’, a praça atingiu, no início do século XX, uma ambiência extraordinária que buscava valorizá-la, recheando-a de pequenas torres e relógios: a torre da Câmara, a do Armazém Triunfo e a da antiga Associação dos Empregados do Comércio.



Figura 14 - Casa de Câmara e Cadeia, 1887-1968, fonte: Guia Geográfico (<http://www.salvador-antiga.com/centro-historico/prefeitura.htm>)

O projeto da câmara, do arquiteto Francisco Caminhoá, em 1886, dialogava com o do Palácio (Figura 14). Sua fachada foi recoberta de decoração renascentista com janelas terminadas por frontões retilíneos e curvilíneos alternados. A antiga torre, foi recoberta por um torreão terminado em terraço; e o sino, substituído por um relógio.

Em 1906 o Elevador Lacerda passa a funcionar movido a eletricidade o que obriga a ser realizada uma nova intervenção para alargar a sua base. (Figura 15)

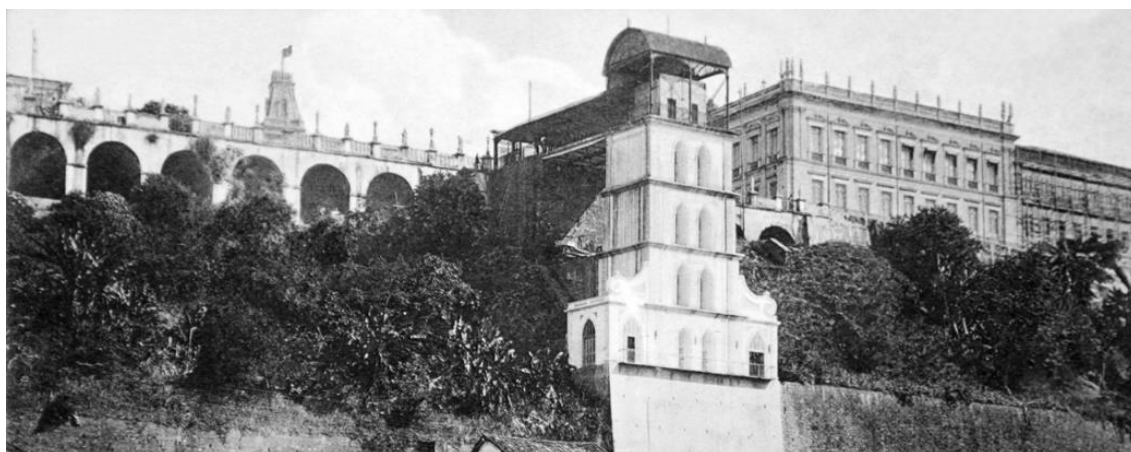


Figura 15 - Elevador Lacerda entre 1906 e 1912, fonte: <https://salvadoremumdia.blogspot.pt/2017/12/elevador-lacerda-completa-144-anos-no.html>

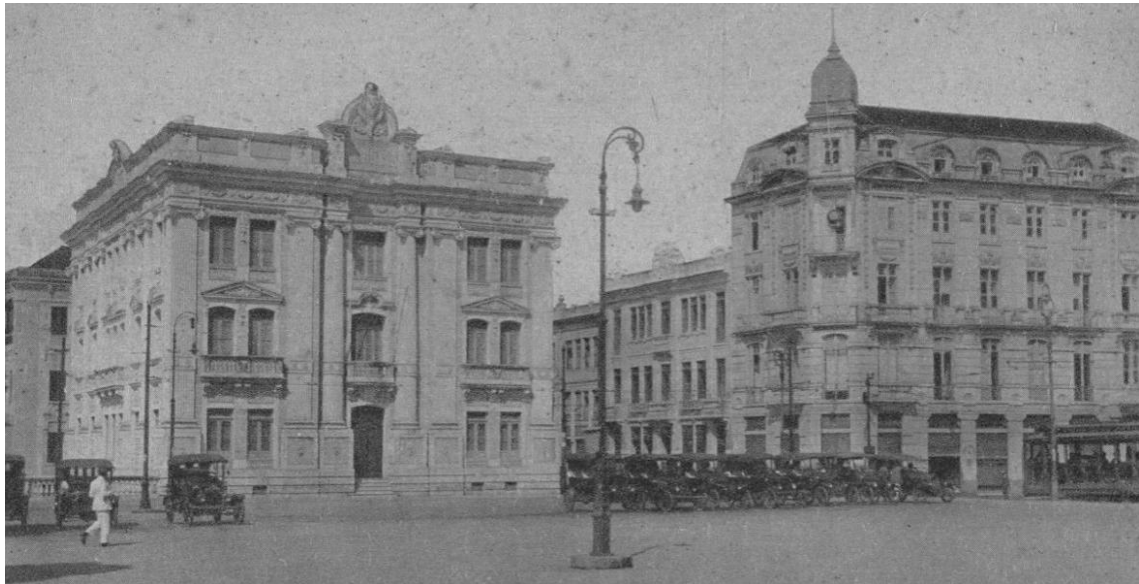


Figura 16 - Vistas dos prédios da Biblioteca pública e Telegrafo Nacional, fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/3778>

O prédio da Biblioteca Pública (Figura 16) vem completar a paisagem eclética da praça. Acabara de ser construído em 1917 com o mesmo espírito romântico. Apresentava, apenas na fachada principal, elementos neoclássicos nas colunas falsas com ordem e nas janelas, com seus frontões retilíneos, assim como, turbulência ornamental na platibanda.

Pouco tempo depois, foi construído o edifício da imprensa oficial, ao lado da biblioteca (Figura 17), que já trazia uma nova linguagem arquitetônica, estilo art déco, notado através dos planos e linhas verticais e da hierarquização volumétrica a qual destaca o vão de acesso principal, além de maior simplicidade formal.



Figura 17 - Imprensa Oficial e Biblioteca, 1930, fonte: Guia Geográfico (<http://www.salvador-antiga.com/centro-historico/biblioteca.htm>)

Em 1930, deu-se a maior reforma do Elevador Lacerda (Figura 18). Projetada pelos arquitetos, Fleming Thiesen e Adalberto Szilard, foi acrescentada à estrutura original, uma nova torre com outras duas cabines, bem como, foi erguida uma ponte de aço e concreto que conectava todas as estruturas à Praça. Pós reforma, o elevador passou a alcançar 72 metros de altura.



Figura 18 - fotografia de 1934, tirada por turistas europeus, fonte: Guia Geografico (<http://www.cidade-salvador.com/lacerda/bairro-comercio.htm>)

Em 1972, depois de um incêndio (em 1969) que se iniciou no edifício da Imprensa Oficial e no prédio da Biblioteca Pública, o poder público decidiu implodir a estrutura e construir no local, um estacionamento e um jardim. O partido arquitetônico adotado, optou por implantar um estacionamento semienterrado com um jardim em cima, que de pronto recebeu a denominação popular de “Cemitério de Sucupira”, em alusão a uma novela de grande audiência, que tecia críticas à obras do poder municipal. A concepção de jardim elevado era considerada avançada na linguagem urbanística da época.

Tal proposta demonstrava o empenho da administração municipal em adotar concepções “contemporâneas” no encaminhamento de soluções para a área central, visando melhorar a fluidez do tráfego e as condições de estacionamento com um tratamento estético adequado. A reação negativa do povo, ao apelidar a área de “cemitério de Sucupira”, deve ter surpreendido e abalado as expectativas do governo nesta intervenção. Intencionalmente ou não, afastavam-se ainda mais os vestígios do espaço colonial.

Por um lado, o espaço da praça tornou-se mais fluido, os percursos se multiplicaram, as transparências de dois lados da praça se somaram para permitir maior abertura dos ângulos de visualização.

Complementando a ideia de renovação, passou-se à “recuperação” da feição colonial da Câmara a partir de conceitos de restauração vigentes na época,

Objeto de intervenções não inseridas no planejamento maior da cidade e calçadas em interesses momentâneos e pontuais, que o tempo se incumbiu de revelar, a praça perdeu em grande medida a sua função. A proposta de criação de um estacionamento semienterrado para liberar a praça dos veículos que ocupavam a área, sobre o qual seria disponibilizado um espaço público na forma de um jardim suspenso, não alcançou os resultados desejados. A descontinuidade gerada pela diferença de nível, inviabilizou o espaço e a população não interagiu.

Na década de 80, o espaço recebeu nova intervenção com a instalação provisória de um edifício para abrigar a sede do Poder Executivo Municipal que seria, segundo o discurso vigente, instalado num casarão a ser recuperado no próprio Centro Histórico, em um prazo de seis meses. A transitoriedade tornou-se definitiva restando a desconfiguração e as questões dela decorrentes.

Aqui cabe fazer um parêntese e incluir nesta narrativa as questões históricas e políticas, cenário desses processos decisórios que resultaram na permanente “temporiedade” da sede da Prefeitura municipal.

Desde o ano de 1900, ainda na gestão do antigo Governador Luis Viana e a despeito das reformas pelas quais passou, de reconstituição em 1912 e ampliação em 1949, o Palácio Rio Branco foi sede do Governo do Estado da Bahia até o ano de 1979, quando foi transferida para o Centro Administrativo da Bahia – CAB, na esteira do processo de descentralização anteriormente descrito.

Com a transferência da sede do Governo, o prédio foi cedido temporariamente para a Prefeitura, instalando-se o Gabinete do Prefeito até o ano de 1983, quando foi retomado pelo Governo do Estado e a sede da prefeitura alocada, mais uma vez em caráter temporário, no Solar Boa Vista- Bairro de Brotas, fora do Centro antigo da cidade. Fragmentaram-se os órgãos da administração pública municipal em termos físico e administrativo, afastando-se do centro da cidade e acompanhando naturalmente o movimento da descentralização e a inevitável consequência do esvaziamento do centro da Cidade.

Esta disputa entre os Governos Estadual e Municipal é, na base, o fator que determina esta realidade que coloca a sede da Prefeitura como um “passageiro em trânsito”, condição que vem se eternizando ao longo do tempo.

Quando, em 1986, o então prefeito Mário Kértész resolveu transferir a sede do seu governo para o Centro Histórico, havia nos fundamentos de tal decisão, uma intencionalidade,

a busca do 'lugar', do espaço cuja imagem esteja impregnada de memórias e significações. Nesse sentido, a praça atende ao cenário pretendido.

Contudo, é preciso atenção aos aspectos políticos e sociais, sob pena de ignorar ou negar outras "intencionalidades" que determinaram e ainda determinam esta situação.

Concomitante a isto, o turismo na Bahia recebe estímulos governamentais para crescer e se fortalecer e, mais uma vez, repete-se o modelo e o processo descentralizado, voltado para as áreas de praia e de promoção de grandes shows e eventos, ficando o Centro Histórico marginalizado e muito pouco visitado.

O processo da praça insere-se no processo de deterioração pelo qual passa o sítio histórico da cidade de Salvador da Bahia, decorrente das políticas adotadas que privilegiam sobretudo a expansão imobiliária para outras áreas e criação de novos núcleos mais fortes economicamente, o que determina o abandono e o despovoamento da região do centro.

3.1. Contexto atual e seus desafios

Composta por edifícios de linguagem arquitetônica fragmentada, que, de alguma forma, representam momentos do passado e resgatam a memória da história, a praça Thomé de Souza apresenta uma multiplicidade de cenários, que lhe são conferidos por cada peça arquitetônica que a constitui. Uma paisagem urbana agonizante que pretende sobreviver aos tempos e à sua perda de significação

A praça municipal de Salvador está inserida no percurso do centro histórico de Salvador, sendo parte integrante do sistema dos principais miradouros da baía de Todos os Santos. Se destaca por sua função estruturadora como eixo de ligação entre os níveis da cidade, o que a torna um ponto nodal importante para a circulação pedonal

O elevador Lacerda (Figura 19), faz a ligação entre a cidade alta e a cidade baixa de Salvador, transportando uma média de 900mil passageiros por mês (27.000 por dia).

Após quase um século e meio, ele continua sendo um dos meios de transporte mais importantes para o dia a dia da cidade, além de ter se convertido em importante cartão-postal de Salvador.

O conjunto arquitetônico modernista/funcionalista, de 1930, dos arquitetos Fleming Thiesen e Adalberto Szilard, apresenta características arquitetônicas de influência da *art déco*, como as colunas e vãos estreitos das torres.



Figura 19 - Elevador Lacerda (2017) acervo pessoal

O Paço da Câmara Municipal (Figura 20) é dos mais importantes exemplares da arquitetura civil colonial brasileira, a qual deriva do maneirismo português. Sua fachada principal é formada por arcadas de pedra de cantaria, que repousam sobre colunas toscanas superpostas por 13 janelas de púlpito com grades de ferro. No centro, acima da portada principal, consta uma pequena torre, recoberta por uma abobada de meia laranja, onde está instalado um sino de ferro. A planta do edifício se desenvolve em torno de um pátio central.

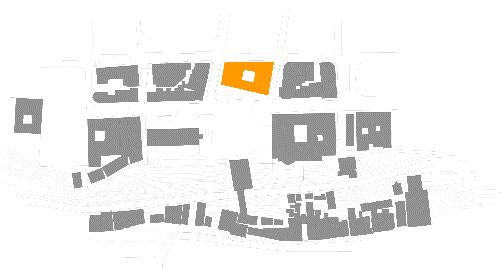


Figura 20 - Casa de Câmara e Cadeia, atual Paço Municipal, fonte: <http://caminhodepedro.blogspot.com/2012/12/paco-municipal-de-salvador.html>

Ainda exerce a função de sede do poder legislativo na administração pública municipal. Ao nível de rés de chão, funciona um memorial, com uma exposição permanente da história do edifício.

O Palácio Rio Branco (Figura 21), um dos exemplos da arquitetura eclética na cidade do Salvador, teve como autor inicial do seu plano o arquiteto Julio Conti. Apresenta-se como um monumento arquitetônico, que se destaca no ambiente da praça devido às suas proporções e formas excepcionais e que possui um conteúdo simbólico forte.



Figura 21 - Palácio Rio Branco (2017) acervo pessoal

Sua planta desenvolve-se a partir de um vestíbulo central e sua fachada, tripartida, possui um coroamento central que tenta sugerir alguma verticalidade ao conjunto. O espaço constrangido da praça não valoriza a cenografia urbana que o Palácio poderia conferir ao lugar.

Abriga atualmente a Fundação Pedro Calmon, a Fundação Cultural do Estado da Bahia e o Memorial dos Governadores.

O Palácio Thomé de Souza (Figura 22 - Prefeitura Municipal de Salvador (2017) acervo pessoal), edifício de arquitetura modernista, projetado pelo arquiteto João Filgueiras Lima, em 1986, permanece como sede da Prefeitura Municipal de Salvador, onde está o gabinete do Prefeito, um estacionamento privativo da prefeitura e na segunda cave, o Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador, inaugurado em 13 de junho de 2007.



Figura 22 - Prefeitura Municipal de Salvador (2017) acervo pessoal

A intervenção arquitetônica de caráter temporário, criada para atender à demanda imposta naquele momento, e que perdura até os dias de hoje, perde em valor e intencionalidade, assim como, quebra a dinâmica da imagem do conjunto arquitetônico que compõe a imagem e a memória daquele lugar.

O partido arquitetônico adotado pelo autor, parte da necessidade de ser um objeto o qual não se pretende que pertença àquela paisagem, isso leva a uma adaptação ao lugar, sem que cause alterações na estrutura existente e que sua remoção não venha deixar vestígios da sua presença. Nestas condições o arquiteto baseia seu projeto na métrica da estrutura de pilares do estacionamento semienterrado ali existente.

Sobre o estacionamento existe um espaço público de estar e contemplação, e é em função desta pré-existência que o novo volume é suspenso em pilares deixando o vão de circulação livre.

O prazo para a conclusão da obra é mínimo, e isto implica na criação de uma estrutura de montagem rápida, diante desta variável o arquiteto utiliza o ferro e o vidro, bem como um sistema de peças pré-moldadas, que são facilmente montadas e desmontadas quando fosse necessário.

Todavia, o temporário perdura, perde o valor das intenções projetuais, e segue desconfigurando o espaço envolvente. Por questões de caráter político e de segurança, o vão livre é encerrado ao público que perde o usufruto da zona de estar e contemplação. A Praça é apenas mais um vazio, um deserto, uma passagem para outro lugar.

3.2. Casos de Estudo

O primeiro caso de estudo analisado para a conceição da proposta foi o próprio Elevador Lacerda, já referido no corpo deste texto, que representa um importante polo dinamizador da Praça Thomé de Souza, sendo fundamental para a legitimação da mesma como ponto de referência para a população que vive e visita o Centro Histórico da Cidade do Salvador

O segundo caso é a praça da Figueira, situada na baixa de Lisboa, que figurava como ponto de centralidade, com a presença de um grande mercado onde grandes negócios aconteciam.

Historicamente a praça assumiu uma importância relevante na dinamização da cidade, estimulando a convergência de pessoas e atividades geradoras de vida no centro urbano.

Tudo começou com a determinação do rei D. João, em 1492, de construir no espaço onde se desenvolveu posteriormente a praça, um grande Centro Hospitalar de Lisboa, com uma arquitetura monumental em estilo Manuelino.

Adversidades que se abateram sobre o Hospital, fizeram com que o mesmo fosse transferido e por falta de um mercado central que abastecesse a cidade, a área transformou-se num grande mercado a céu aberto, em piso de terra batida, tendo no seu centro um poço e uma figueira.

Com o passar do tempo, o espaço foi alcançando melhorias e por volta de 1885 foi inaugurado o edifício do mercado, referido por alguns historiadores como o ‘templo sagrado do estomago lisboeta’. Uma construção de ferro e vidro, feito segundo os modelos arquitetónicos da época dos ‘Les Halles’ franceses, representava bem o estilo em voga na era da ‘Arquitetura do Ferro’.

A sua presença promoveu a expansão do comércio no seu entorno, tais como mercearias, cafés, talhos, tabacarias, leitarias, botequins e a confluência de um expressivo fluxo de vendedores e compradores, tornando-se ponto de encontro dos alfacinhas.



Figura 23 - Mercado da Praça da Figueira, Eduardo Portugal (anterior a 1949), negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. PT/AMLSB/EDP/001346 (Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico), in <https://seculos.wordpress.com/2015/08/27/mercado-da-praca-da-figueira/>

Com o fim da segunda guerra mundial e a implantação do Estado Novo, a visão higienista inspirada por Paris (Haussman) repercute na ideia de transformar Lisboa numa moderna cidade europeia.

A Câmara então, nos finais dos anos 40 do séc. XX, decide pela demolição do mercado, justificada pela necessidade de integração dos acessos na baixa pombalina, mesmo que, contrariando os protestos da população.

Repavimentado, o espaço passou a servir de estacionamento para veículos.

Nos anos seguintes, a praça recebeu uma estação do metropolitano e um parque de estacionamento no seu subsolo bem como uma estátua equestre de D. João I, colocada no centro da praça, no intuito de estabelecer um ponto focal que valorizasse aquele vazio urbano.

Passados 69 anos, a praça é um largo vazio, sem cor e sem graça, servindo apenas de ponto de passagem, sem apelo à permanência e sem estrutura capaz de oferecer à população condições de se apropriar do espaço. Subsiste, apesar do abandono demográfico. Deixou de ser o coração da cidade e hoje vive da frenética circulação de carros e pessoas. Apenas alguns pequenos grupos se detém naquele vão, com a calma de quem visita e dali se põe a admirar o Castelo de São Jorge, no alto da colina e sobranceiro à praça.

A humanização da zona da Baixa e o centro de interesse que o mercado despertava desapareceram. De certo que se se mantivesse o edifício, o seu uso seria diferente do comércio de retalho, fato já ocorrido em muitos outros mercados centrais, como o Mercado da Ribeira, em Lisboa, mas seria certamente um polo dinamizador, um centro de reunião e de encontro de pessoas, onde se poderiam debater ideias e vontades.

Por outro lado, o objeto arquitetónico então existente, constituía um monumento à construção em aço, que por si só, despertaria o interesse de uma visita e do seu usufruto.

A requalificação então realizada, obteve resultados negativos, pela ótica da apropriação do espaço público, na medida em que transformou um polo aglutinador num deserto.

Apesar de toda a volatilidade da praça, sobreviveu um conjunto de estabelecimentos do comércio tradicional, tais como, Hospital das Bonecas, Confeitaria Nacional, Pastelaria Suíça e Camisaria Moderna, que sobrevive mais a custa da dinâmica da Praça do Rossio, bem como, pelo comprometimento da sociedade portuguesa com a sua tradição, do que pela extinta Praça da Figueira. O espaço está lá, porém vazio.

A terceira intervenção a ser analisada é a Praça Mauá no Rio de Janeiro, cujo partido foi definido a partir da remoção do elevado que seccionava o espaço e a recuperação do sentido de unidade daquela área, *“uma grande esplanada que se abre como território da disponibilidade moderna”* (KAMITA, João Masao. Dez.2015).

Reinaugurada em setembro de 2015, a primeira coisa que chama a atenção na Praça Mauá hoje, não é uma presença, mas sim uma ausência. Foram diretrizes do projeto,

extrair ao invés de construir, priorizar o peão em detrimento do automóvel e resgatar o protagonismo de outrora. Em sua essência é um projeto de libertação e dinamização do espaço.

Pelo menos em dois momentos de sua história, a praça Mauá vivenciou processos de transformações significativas. Tal como a 'fênix', referência feita pelo povo carioca ao espaço que 'renasce das cinzas', esta praça oscila em seu percurso histórico, entre a glória e a decadência, alternando de acordo com os fatores políticos, socioeconômicos e variações de mercado.

De um simples logradouro de terra batida, em finais do sec. XIX, espaço livre, povoado de escravos e senhores, a Prainha, como era conhecida, passou, em inícios do sec. XX, a ser um espaço urbanizado, de apoio ao porto, ocupado por comércio, boemia e prostituição, com intensa presença de imigrantes e marinheiros, e centro propagador da cultura popular.

Nesta época, o Rio de Janeiro vivia um processo desordenado de crescimento, decorrente da imigração europeia e da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o que determinou a proliferação de graves problemas sociais. Havia que ter uma intervenção e foi o engenheiro e urbanista Pereira Passos, na condição de prefeito da cidade, que assumiu a tarefa de realizar um projeto de reforma e transformação urbana.

Com quase um milhão de habitantes, o Rio de Janeiro apresentava questões de falta de infraestruturas de transporte, abastecimento de água, rede de esgotos, programas de saúde e segurança. A Cidade Velha e adjacências, situada na região central, onde se insere a Praça Mauá, era a mais atingida, apresentando alto grau de insalubridade, habitações coletivas tipo cortiços, epidemias de febre amarela, varíola e cólera.

Na ocasião, isto rendeu à cidade a fama internacional de porto sujo ou "cidade da morte". A reforma de Pereira Passos, conhecida popularmente como "O Bota-Abaixo", teve como objetivo o saneamento, o urbanismo e o embelezamento da cidade. Esses novos ares deram à cidade um título especial de "Cidade Maravilhosa" e um status de cidade moderna e cosmopolita.



Figura 24 - Vista aérea do Rio de Janeiro, da Praça Mauá para a zona sul, tendo ao fundo o Pão de Açúcar
fonte: Instituto Moreira Salles (<https://ims.com.br/?s=pra%C3%A7a+maua>)

‘Conta-se que a poetisa francesa Jane Catulle Mendès, em 1911 visitou o Rio de Janeiro, encontrando uma cidade recém-emergida de um ‘banho de loja’ que foi a reforma urbanística de Pereira Passos. Encantada, sobretudo pela flora e belezas naturais, escreveu uma série de poemas de ‘amor ao Rio’ publicados em Paris, em 1913, La Ville Merveilleuse (A Cidade Maravilhosa)’.

E foi nesse momento esplendoroso que nasceu a Praça Mauá, como porta de entrada do ‘Rio Belle Epoque’. Ali nascia o *boulevard* que conduzia a população que aportava, aos bairros nobres e às praias.

A exportação do café intensificou o transporte de mercadorias e de passageiros, bem como o grande contingente de imigrantes, fazendo chegar a linha férrea e a rede de transporte público até a praça. Por volta de 1930 foi construído o Edifício Jornal “A Noite”, marco da arquitetura em concreto armado no Brasil. O primeiro arranha céu da América do Sul com 22 andares, projeto de Joseph Gire, que inaugurou a tendência de verticalização da cidade carioca. Desde 1936 funciona neste prédio a Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

A praça foi então palco de grandes acontecimentos. Homenagens a personalidades importantes, chegada e partida de artistas, manifestações políticas, protestos, greves de

operários e comícios. A sua dinâmica e centralidade é reforçada. O espaço é apropriado pela população da cidade que lhe dá vida.

Os morros que circundavam a praça, eram habitados por comunidades operárias de maioria negra, as quais contribuíram para que a praça se colocasse como centro de referência da cultura negra carioca, berço do samba e do choro e território dos terreiros de candomblé.

Entretanto, a partir do enfraquecimento das atividades portuárias e da perda da condição de capital do Brasil com a construção de Brasília, deu-se início ao processo de decadência da praça. Novas intervenções de modernização da cidade, baseadas em novos paradigmas urbanísticos que priorizavam os automóveis em detrimento da circulação pedonal, faz com que este espaço seja seccionado a partir da construção de viadutos e novos acessos.

O espaço que restava era constrangido pela dinâmica da cidade que se cruzava no ritmo acelerado da vida moderna. O Barão de Mauá permanecia na sua centralidade a observar os fluxos que continuavam a dar vida àquele ponto nodal por onde milhares de 'flâneurs' deambulavam incógnitos. Mesmo invisível, encoberta pelas vias, a Praça Mauá permanecia como ponto de referência importante, onde diferentes grupos se encontravam e vivenciavam seus espaços. Espaço de memória e significado. Estrutura urbana pulsante, de chegadas e de partidas.

No início do século XXI recebeu uma nova intervenção urbana – Projeto Porto Maravilha, que a reinventa como um cenário para dar vida a uma imagem de cidade que se pretende demonstrar em território estrangeiro.



Figura 25 - Praça Mauá atual fonte: Porto Maravilha (http://portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/52)

A arquitetura do espetáculo mais uma vez trabalha em prol de um mercado que precisa atrair capital e turistas. A intervenção, por ser recente, não permite ainda aferir os resultados sociais e de apropriação a longo prazo.

A Praça Mauá, assim como a Praça Thomé de Souza, são centralidades de valor histórico e simbólico, que contam a história das suas cidades. Como pontos nodais e referências importantes na estrutura urbana, mesmo quando inseridos em processos de degradação física e social da sua envolvente, permanecem como ambientes ‘vivos’ ao se manterem como polos aglutinadores da cidade, ainda que seu espaço seja ‘atropelado’ pelos atravessamentos de veículos e de pessoas.

A pensar numa intervenção nestes espaços é necessário buscar um conceito de permanência e de convívio da população flutuante que por aí passa, e de dinâmicas sociais e culturais diversas.

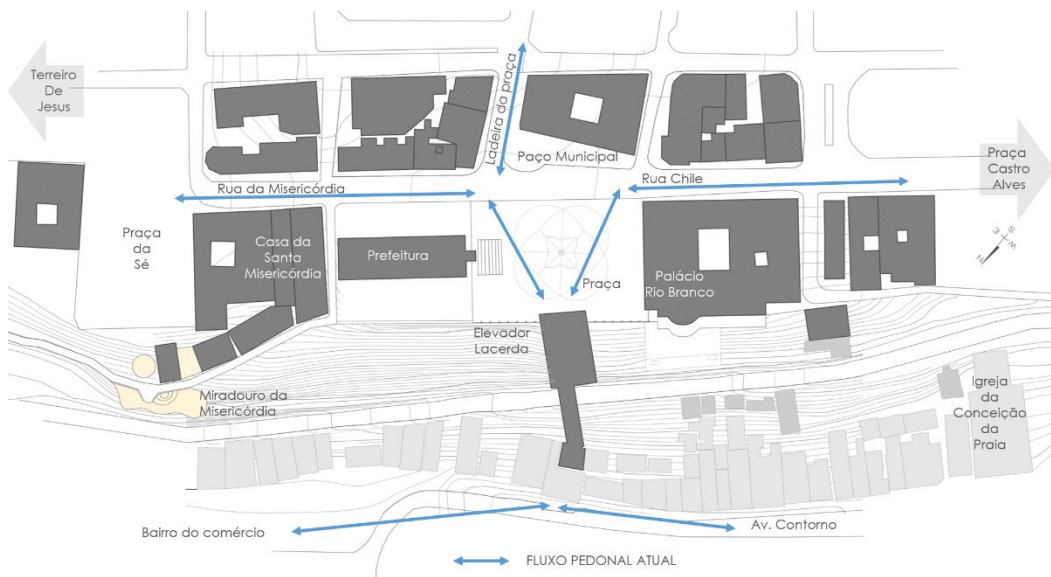
Nesse sentido, a implantação de equipamentos que criem atrativos para o encontro, a troca sociocultural e a contemplação, passam a ser uma opção para alcançar a nova dinâmica pretendida.

4. Proposta

“Interessa explorar o espaço com suas potencialidades e significações. O espaço enriquecido pelas suas vivências, histórias e memórias. O espaço na sua totalidade, como um conjunto que envolve função e forma. O espaço como processo através do qual se manifestam e representam as relações sociais do passado e do presente”. (SANTOS, 1978, p. 122)

Esta proposta pretende recolocar a Praça Thomé de Souza no cenário urbano da cidade de Salvador, com um projeto moderno e sustentável, prestigiando uma das mais importantes zonas históricas da cidade e motor de valorização turística, como outros centros conhecidos em todo o mundo.

Resgatar a força da multiplicidade de imagem da Praça Municipal da Cidade de Salvador, enquanto espaço urbano de convívio, estar e contemplação; reconstituir sua centralidade como polo de interesse cultural e restabelecer o acesso da ladeira da misericórdia, que foi a principal ligação entre a cidade baixa e a cidade alta desde a implantação da cidade.



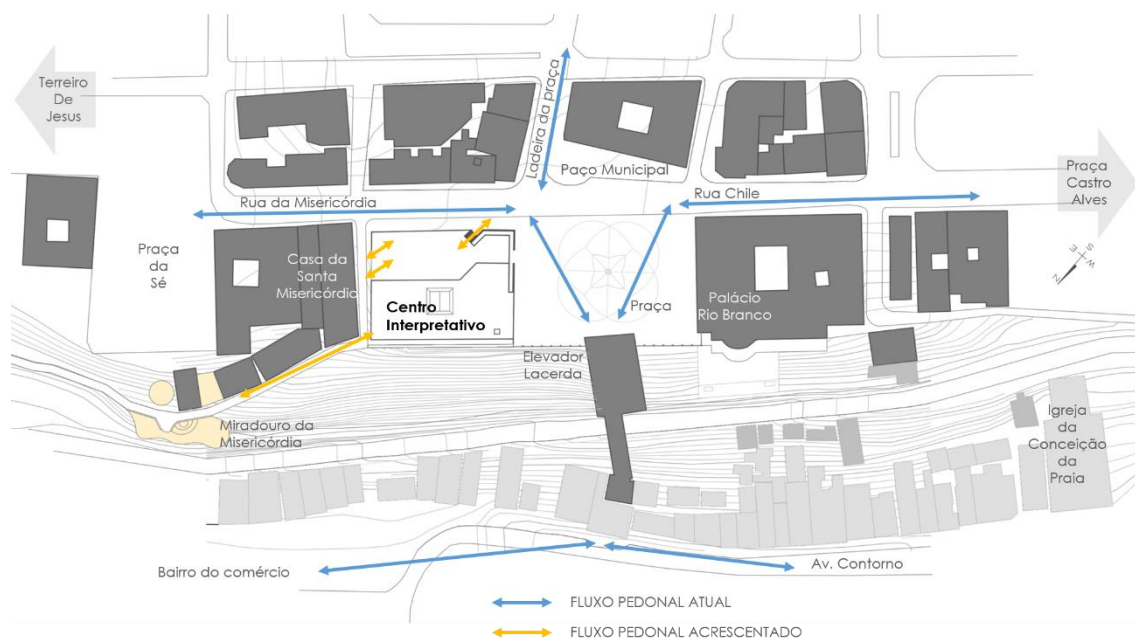
Mapa 2 - Principais fluxos pedonais na praça hoje

A retirada do edifício de caráter temporário do arquiteto Lelé, é fundamental para a libertação visual da praça e dos diferentes cenários que a compõem. Ao conferir maior leitabilidade dos edifícios envolventes, a remoção promove a valorização paisagística do Palácio Rio Branco, Paço Municipal, Casa da Santa Misericórdia e Elevador Lacerda.

Por outro lado, a ampliação dos limites da praça lhe atribui uma escala compatível com sua importância, quando observada no contexto da estrutura urbana do centro da cidade.

Para além da supressão do prédio da prefeitura, é intenção desta proposta, demolir parte da laje elevada, retirar a função de estacionamento no primeiro subsolo e, tomando partido da diferença de cotas entre a praça e a ladeira, criar um recinto rebaixado que agregue à sua ambiência um sentido de acolhimento e intimidade e que favoreça a apropriação do espaço público pela população para a permanência e o convívio.

“A arte de jogar com diferentes níveis é uma parte importante da arte da paisagem urbana. Variações no nível do terreno podem ocorrer quer directamente, resultantes do perfil do local quer artificialmente, surgindo das solicitações que o urbanista deve satisfazer. Mas seja qual for a sua origem, as nossas reações aos níveis são acentuadas antes de mais pela sensibilidade particular que sentimos em relação à nossa posição no mundo.” (CULLEN 2010, p.177)



Mapa 3 - Fluxos pedonais atuais e propostos

A criação do ambiente rebaixado favorece o estabelecimento de uma ligação direta com a ladeira da Misericórdia, através de novos fluxos pedonais, o que possibilita a recuperação da dinâmica e vivência dos prédios e do miradouro (Figura 26) ali situados e por ora isolados.

Na restante área coberta, propõe-se a criação de um Centro Interpretativo da Cidade de Salvador, o qual deverá incorporar também o espaço existente no segundo subsolo, onde hoje funciona o Centro de Cultura. Propõe-se que, no novo espaço, seja colocada em exposição permanente a maquete da cidade de Salvador (Figura 27), um trabalho que merece ser conhecido e admirado por muitos.



Figura 26 - Miradouro Ladeira da Misericórdia fonte: <https://www.wmf.org/project/ladeira-da-misericórdia>



Figura 27 - Foto da maquete de Salvador, fonte: http://www.infosaj.com.br/index/noticias/id-58157/maquete_exposta_no_aeroporto_reproduz_salvador_em_detalhes

O objetivo do projeto é promover a requalificação da Praça Municipal, tendo como parâmetro a valorização do centro histórico, sem esquecer a sua função de centro cívico. Busca dotar aquele espaço, por ora subtraído ao usufruto da população, de equipamentos capazes de estimular a população residente e/ou flutuante a viver a praça e sua dinâmica.

Conclusões

A escolha de atravessar o atlântico em busca do conhecimento e de experimentar uma vivência nova, numa realidade sociocultural diferente da que me havia moldado desde o nascimento, me permitiu imergir num universo completamente novo, com todo um leque de sentimentos, por vezes contraditórios, mas sempre especiais.

O contato cada vez mais profundo, com a matéria da arquitetura e a distância física me fez desenvolver uma nova forma de olhar a Cidade do Salvador, berço da nação brasileira e gênese da pessoa que sou. A cidade que nem sempre reconheço, na medida em que seus espaços são constantemente modificados e apropriados pelos que nela vivem ou a habitam.

Motivada por estes sentimentos e influenciada pelo desejo de aprofundar conhecimentos, enquanto estudante de arquitetura em Portugal, aproximei-me ainda mais da trajetória histórica e arquitetónica da cidade e da importância do património que, ainda hoje, pode ser admirado ao vaguearmos através das ruas, becos, largos e praças do Centro Histórico de Salvador, que ainda conservam, com poucas alterações, as traças da cidade seiscentista, construída pelos portugueses para ser o centro do Governo Geral do Brasil.

Por outro lado, a vivência pessoal na Cidade de Lisboa que traz em sua paisagem e traçado inúmeras semelhanças com Salvador, mas que, entretanto, moldou seus espaços através de uma apropriação humana em tudo diferente, me induziu a, através desta investigação, conhecer mais profundamente as razões que levaram ao abandono, por parte da sociedade baiana, daqueles espaços e conseqüente esvaziamento do valioso conjunto arquitetónico existente.

É de senso comum que as intervenções urbanas nos sítios históricos devem se fundamentar na busca por vitalizar através de novas funcionalidades que gerem polos aglutinadores, bem como, através do estímulo do uso misto dos velhos casarões do centro, misturando atividades de habitação, comércio, institucional e cultural, entre outros, que se complementem formando comunidades autossustentáveis e cuja frequência de usufruto da envolvente se torne constante.

Da mesma forma, é certo que as intervenções quando bem estruturadas, provocam efeitos positivos na envolvente capazes de gerar novos processos em toda a estrutura urbana da cidade. Dar a conhecer a cidade, sua história e evolução é uma forma de aproximar o cidadão do seu papel enquanto ator da construção diária do ambiente que habita. O espaço urbano é uma criação do homem enquanto nela vive e pela forma como ele se apropria deste, não podendo, portanto, ser uma responsabilidade do Governo, em exclusivo, as decisões sobre os caminhos a seguir.

Partindo desta nova forma de ver e viver a cidade, e por entender que o sentimento de pertencimento é fundamental para que as pessoas criem uma relação emocional com o lugar, e sejam assim, capazes de se apropriar e encontrar os caminhos que possibilitem a conservação e valorização dos espaços urbanos, que eu escolhi a Praça Thomé de Souza, núcleo primacial da cidade, para propor uma intervenção onde se possa resgatar a memória e o simbolismo que os múltiplos espaços e cenários possam trazer.

Na tentativa de dar resposta à questão principal, que é o grande desafio que une hoje empresários e governo na decisão de estancar, de forma planeada e estratégica, o abandono do Centro Histórico da Cidade do Salvador, e conhecendo a intenção de consolidar atividades que humanizem os espaços e criem condições de uma convivência múltipla, concluímos que o património urbano deve ser renovado através de uma adaptação às novas diretrizes que buscam alterar o panorama da 'Cidade Espetacularizada' do turismo, para a cidade onde se possa viver o cotidiano, a cidade que ensina ao cidadão a importância da sua história.

Por acreditar que, o 'marco inicial da cidade' deve ser considerado uma das mais importantes zonas históricas da cidade, motor de grande valorização turística como muitos outros conhecidos em todo o mundo, é este o cenário onde propomos uma intervenção que contemple a sua inserção como polo estruturante da malha urbana da cidade.

São intenções projetuais dessa proposta a libertação visual deste importante miradouro da Bahia de Todos os Santos, reintegrando a esplanada contemplativa que hoje se encontra encerrada ao usufruto da população, através da demolição do edifício provisório da prefeitura; recuperar o acesso e a vivência dos prédios existentes na Ladeira da Misericórdia, antigo caminho de ligação entre a cidade alta e a cidade baixa no séc. XVI, através do estabelecimento de um circuito pedonal que ligue a Praça ao bairro do Comércio; a ampliação e transformação do Centro de Cultura da Câmara em um Centro Interpretativo da Cidade do Salvador, constituindo um polo disseminador de cultura e informação; a valorização paisagística do espaço público de modo a destacar o património arquitetónico da sua envolvente – Palácio Rio Branco, Paço Municipal, Santa Casa da Misericórdia e Elevador Lacerda.

Ao finalizar esta dissertação, encerro um momento, onde me percebo em tudo diferente, daquela pessoa que iniciou o percurso académico que me trouxe até aqui. Apesar do fascínio que de forma intuitiva eu já apresentava pelo património arquitetónico, esta investigação contribuiu imenso para que hoje eu deseje mergulhar ainda mais profundamente na busca por conhecer as cidades e as transformações que moldam o território que habito.

Bibliografia

- Carta de Atenas*. (1931). Obtido de IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>
- Carta de Veneza*. (1964). Obtido de IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>
- CHOAY, F. (2013). *Alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70.
- COELHO FILHO, L. W. (2012). *A Fortaleza do Salvador na Bahia de Todos os Santos*. Petropolis: KBR Editora Digital Ltda.
- CORDIVIOLA, C. (julho de 2005). *arquitextos*. Obtido em maio de 2013, de vitruvius: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.062/447
- CULLEN, G. (2010). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.
- GOULART, N. (s.d.). *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- HORSCHUTZ, A. (março de 2006). *arquitextos*. Obtido em maio de 2013, de vitruvius: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.070/372
- KAMITA, J. M. (dez de 2015). *Arquitextos*. Obtido de Vitruvius: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.187/5885>
- LAMAS, J. M. (1993). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LERNER, J. (2012). *Acumpuntura urbana*. Rio de Janeiro: Record.
- LYNCH, K. (2011). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- MARQUES, A. (fevereiro de 2012). *Minha cidade*. Obtido em 15 de maio de 2013, de vitruvius: www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.139/4207
- PORTAS, N. (2011). *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Recomendação de Nairobi*. (1976). Obtido de IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>
- ROSSI, A. (2001). *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- RUSKIN, J. (s.d.). *As sete lâmpadas da arquitectura*.
- SANTOS, M. (1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec-Edusp.
- TEIXEIRA, M. C. (2004). Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira. Em M. C. TEIXEIRA, *A Construção da Cidade Brasileira* (pp. 23-46). Lisboa: Livros Horizonte.
- TEIXEIRA, M. C., & VALLA, M. (1999). *O urbanismo português*. Lisboa: Livros Horizonte.

Apêndices

Apêndice I

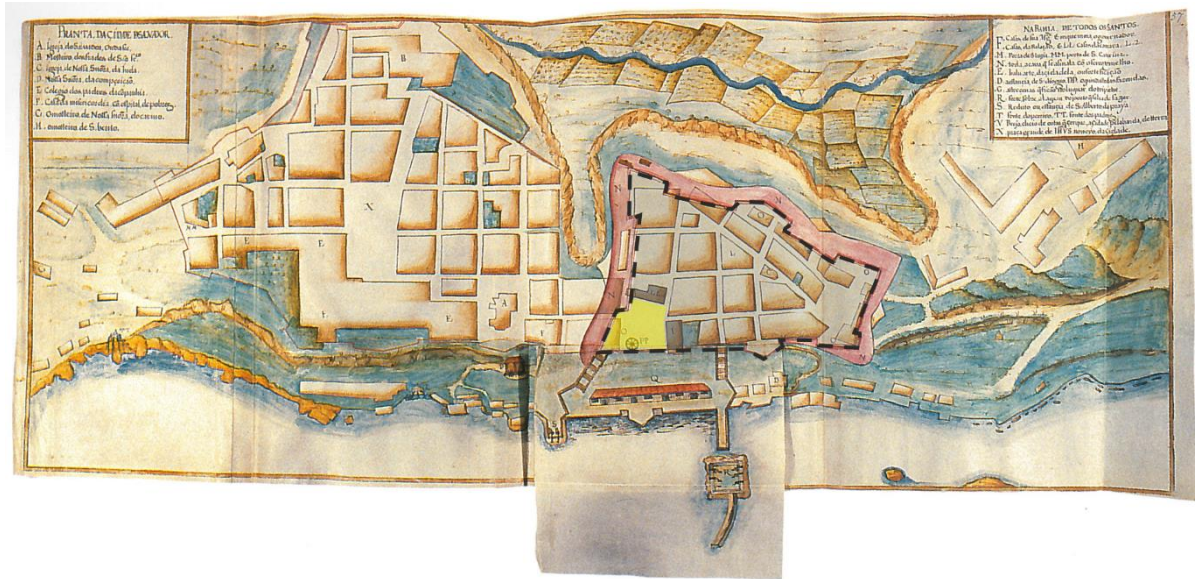


Figura 28 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

Num primeiro momento a cidade do Salvador foi implantada ao longo da rua da praia, tendo seu núcleo administrativo e residencial num platô no alto da escarpa

O núcleo inicial foi envolvido por uma muralha de taipa que a caracterizava como cidade-fortaleza.

A praça, implantada entre os dois platôs, era definida pela presença da Casa do Governador e da Casa de Camara e Cadeia

Apêndice II

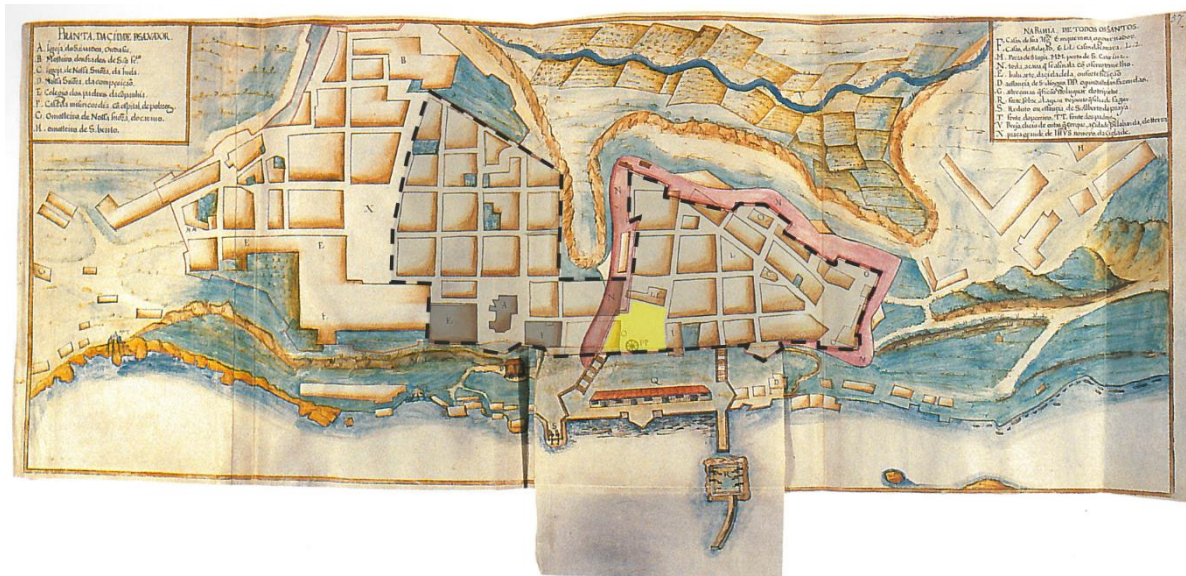


Figura 29 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

A cidade, que se expande para norte seguindo as diretrizes trazidas da corte, era constituída no seu interior por quarteirões retangulares, sensivelmente regulares e ruas de traçado retilíneo, porém adaptada às características topográficas do terreno

Apêndice III

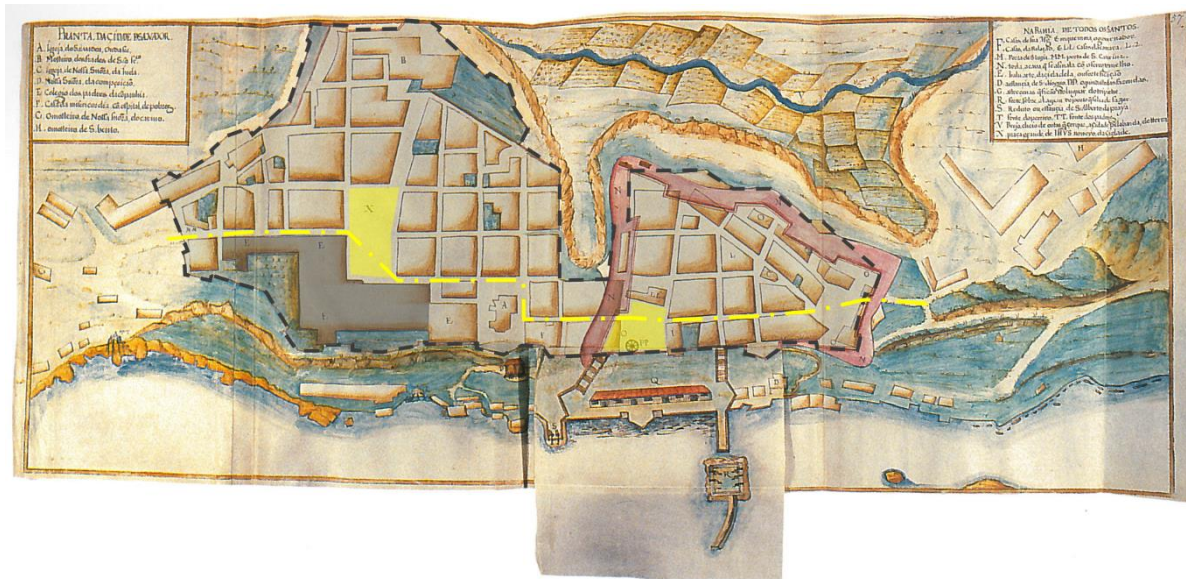


Figura 30 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

Na expansão seguinte surge o terreiro de Jesus, espaço que ao fazer contraponto com a praça constituiu o eixo estruturante da expansão da cidade.

Este é o ultimo momento em que vemos referência a uma paliçada a envolver a cidade.

Apêndice IV



Figura 31 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

A cidade do Salvador desenvolve-se ao longo da linha da costa. No sentido sul a ocupação é predominantemente residencial, por famílias abastadas. Para norte (para o interior da baía) a ocupação é industrial e de residências operárias. A descoberta do petróleo e a implantação do polo petroquímico em Camaçari gera um novo vetor de expansão pelo interior da península.

As novas demandas aliadas às vontades políticas da época determinam a criação de um novo centro administrativo e por consequência o centro econômico da cidade acaba por deslocar-se também.

Esta descentralização inicia o processo de esvaziamento e decadência social e física do centro de Salvador

Apêndice V

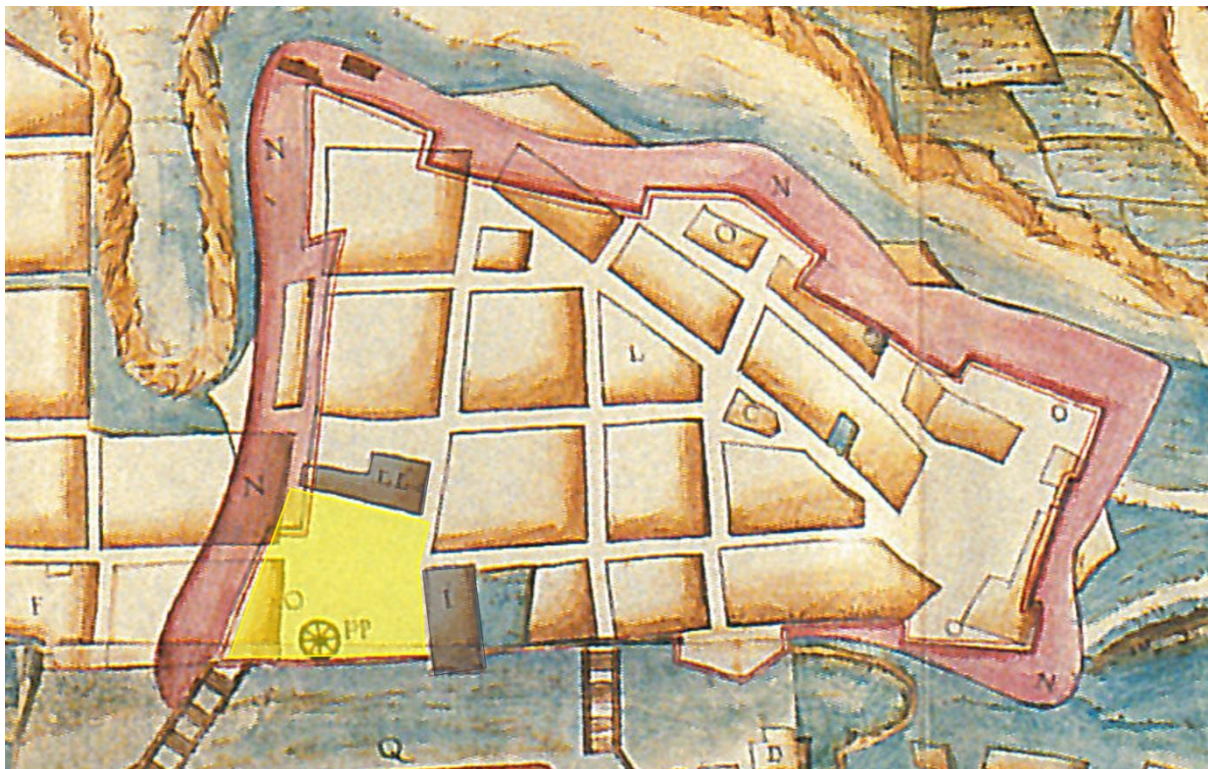


Figura 32 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

A Praça Thomé de Souza ou “Praça Municipal” como é conhecida popularmente, foi definida desde o início pela presença dos edifícios que representavam o poder da corte na colônia, o que lhe conferia um caráter de praça cívica

Apêndice VI



Figura 33 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

Ao longo dos anos a praça passou por diversas alterações formais, incorporando ou perdendo espaços através das construções e demolições na sua envolvente.

Apêndice VII



Figura 34 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

As mudanças também se refletem na paisagem através de sucessivas obras de reforma sob influência dos estilos arquitetônicos vigentes em cada época

Estas fotografias do final do século 19, mostram a Casa de câmara e cadeia, construída em 1660 e a antiga Casa do Governador, cuja construção data de 1663

Apêndice VIII

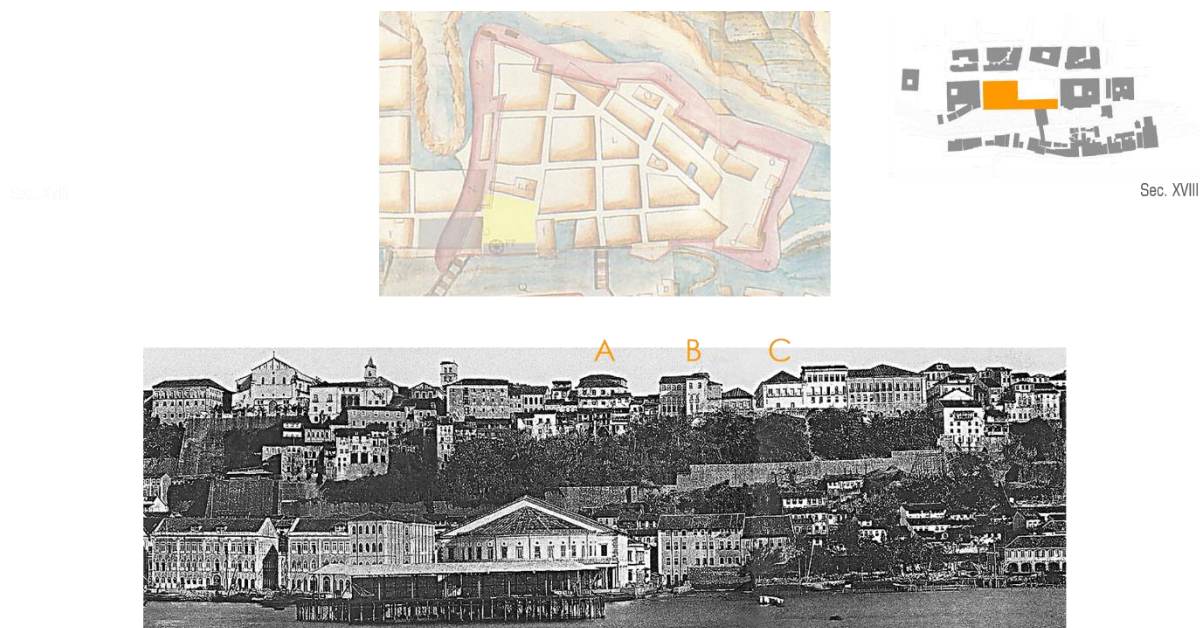


Figura 35 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

O segundo período do ciclo colonial, a partir do século XVIII, foi marcado pelo processo de encerramento da praça, com a construção da casa da moeda a norte e a ocupação do lado do mar com a casa da relação.

Na fotografia feita em 1860, a partir do mar, por Benjamin Mulock, podemos ver a casa de moeda (A) casa da relação (B) e a casa do governador (C).

Apêndice IX

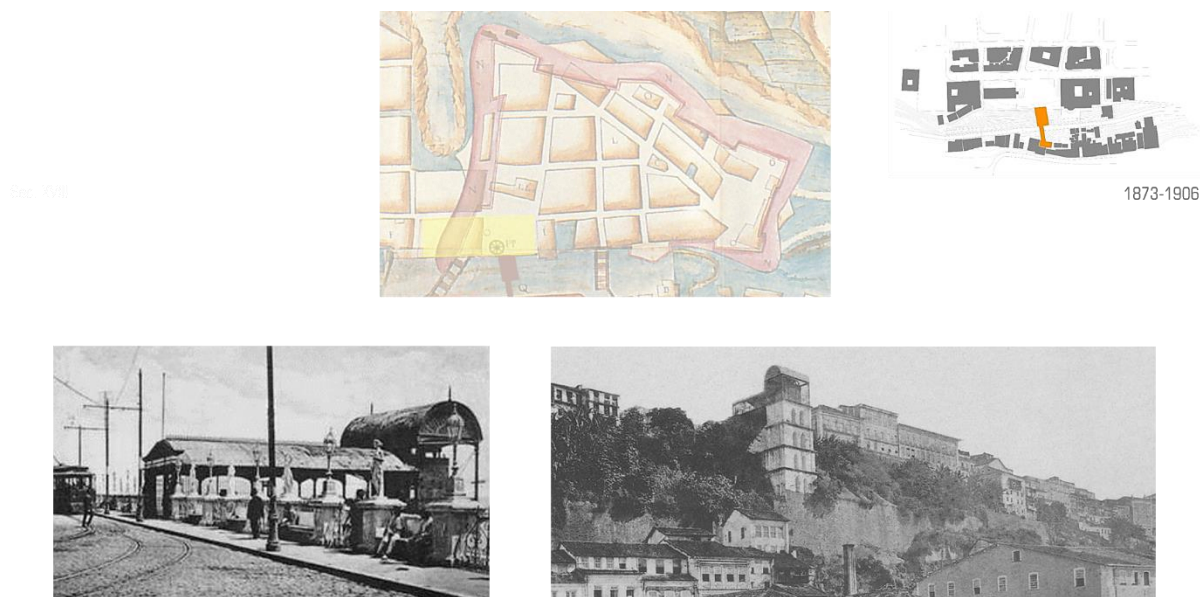


Figura 36 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

No século 19 a praça passou por nova transição espacial, durante a qual foi novamente liberada a visão do mar, e posteriormente foi construído o elevador Lacerda, que fazia a ligação entre a cidade alta e a cidade baixa.

Inaugurado em 1873 é considerado o primeiro elevador urbano do mundo

Apêndice X

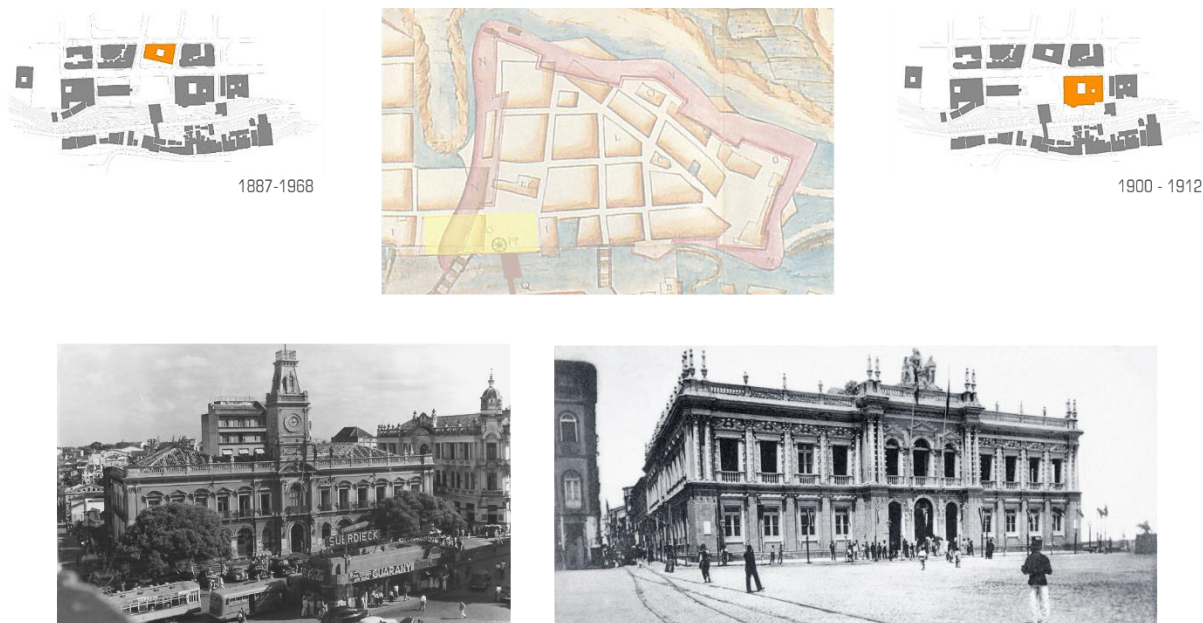
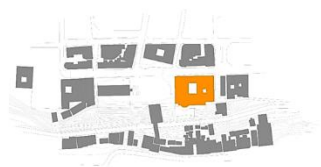


Figura 37 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

Após a ampliação da praça, os edifícios da Casa de Camara e Cadeia e a Casa do Governador sofrem mudanças sob a influência do estilo eclético.

A partir de então, a praça passou a sofrer uma crise de identidade instalada pela rutura entre o passado colonial e o novo “presente” imperial.

Apêndice XI



1919-



1919-1930



Figura 38 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

A casa do governador é bombardeada em 1912 por Hermes da Fonseca, e em seu local é construído o Palácio Rio Branco

O espaço a norte volta a ser ocupado. Primeiro com a construção da Biblioteca Pública e a seguir do prédio da Imprensa Oficial

Apêndice XII

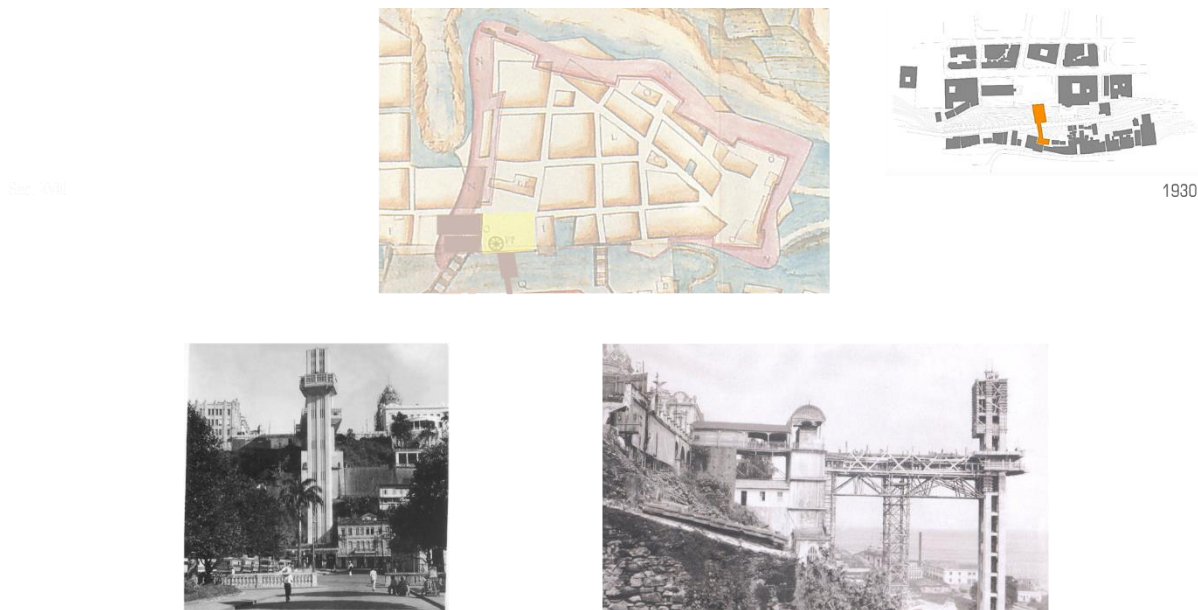


Figura 39 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

Em 1930, o Elevador Lacerda passa por obras de ampliação, onde um novo estilo Art Decó/Funcional surge juntamente com a construção da segunda torre

Apêndice XIII

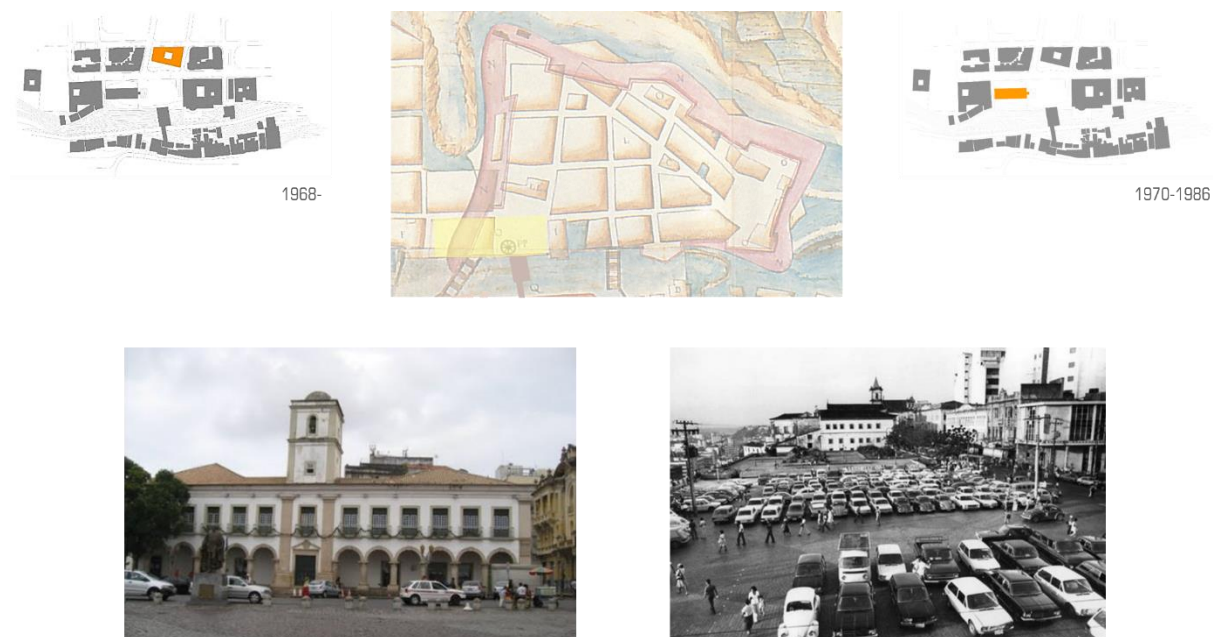


Figura 40 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

No final da década de 60 a praça passa por novas mudanças

Em 1968, uma reforma busca resgatar a arquitetura do antigo prédio da Casa de camara do século 17.

Em 1969 os edifícios da biblioteca e da imprensa são consumidos num incêndio e no local, é construído um jardim suspenso com um miradouro para a Baía, sobre um estacionamento semienterrado.

Apêndice XIV

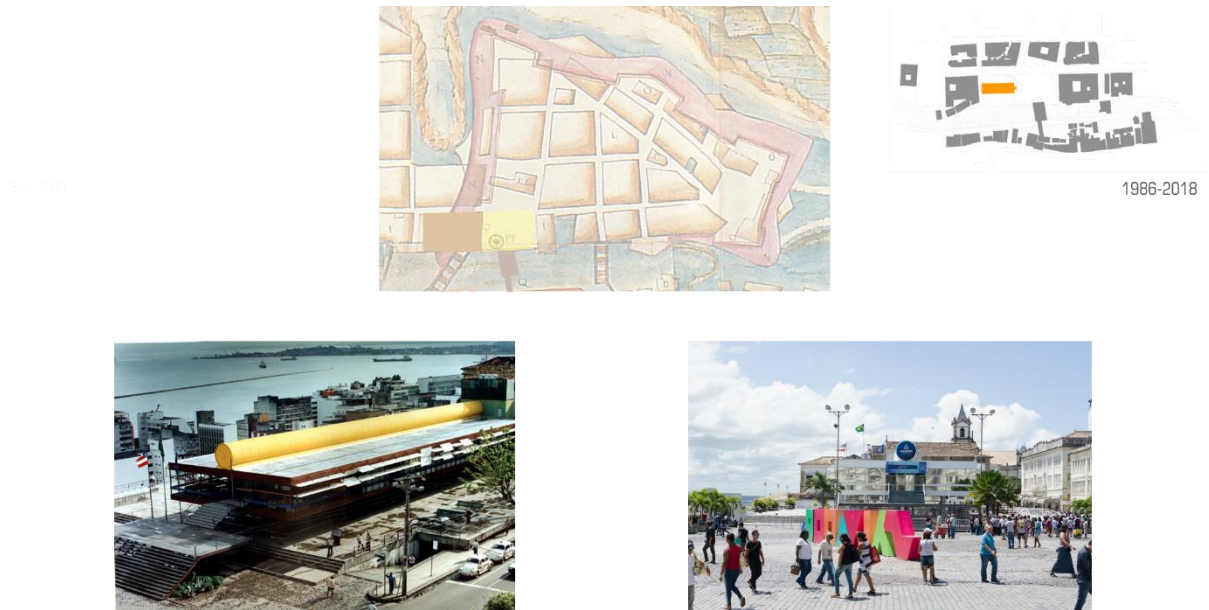


Figura 41 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

Em 1986, o espaço recebeu nova intervenção com a instalação provisória de um edifício para abrigar a sede do Poder Executivo Municipal, por um período de 6 meses, quando seria (segundo o discurso vigente) instalado num casarão a ser recuperado no Centro Histórico.

O projeto foi do arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, e levou 14 dias para ser construído, em estrutura de aço e vidro, que permitia sua remoção sem afetar o local de sua implantação.

O partido arquitetônico garantia a manutenção do acesso da população ao espaço de contemplação existente.

Por decisões políticas a prefeitura permanece neste edifício até os dias de hoje, e entretanto o acesso da população ao vão livre foi encerrado.

Apêndice XV



Figura 42 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

A praça volta a perder espaço, ficando com uma escala restrita e com uma ambiência que em nada favorece a permanência.

Valorizada pela presença do elevador Lacerda e como principal elo de ligação com a cidade baixa tem um fluxo de passantes enorme.

Apêndice XVI

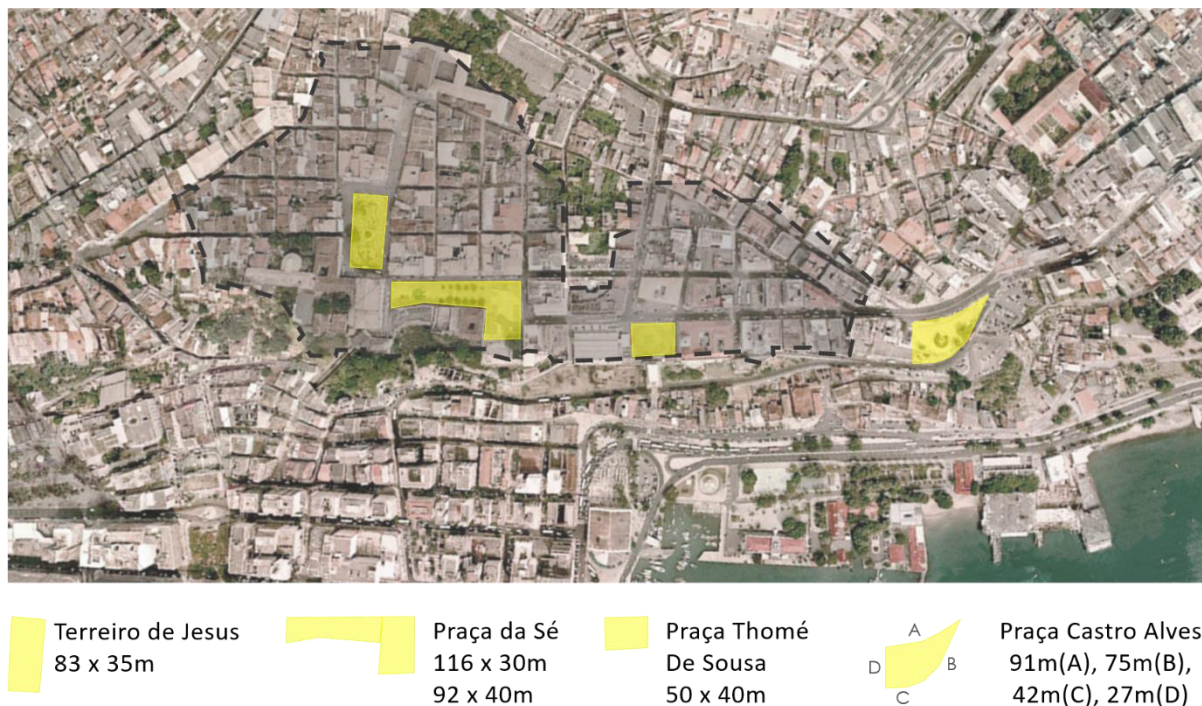


Figura 43 - Diapositivo elaborado pela autora para apresentação da defesa

Ainda hoje é possível identificar no centro histórico de Salvador o traçado original da cidade

Através deste ponto de vista também podemos observar o constrangimento de escala que a Praça municipal apresenta quando comparada com as demais praças do Centro Histórico.

As figuras abaixo, Figura 7 e Figura , ilustram o perfil da cidade de Salvador no século XIX, antes e depois da demolição da casa da relação (A) e construção do Elevador Lacerda (B)



Figura 7 - Trecho do Panorama de Mulock, cerca de 1860, fonte: Guia Geográfico de Salvador



Figura 8 - Trecho central do Panorama de Gaensly, cerca de 1875, fonte: Guia Geográfico de Salvador